

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional do Ensino Superior

João Pessoa/PB - UFPB/Campus I - Julho de 1998 - nº 64

PELO ENSINO PÚBLICO

99 dias de paralisação



Assembléia Geral decide suspender a greve que...



... durante quase 100 dias mobilizou a sociedade...



... e tornou pública a discussão sobre a crise nas instituições federais de ensino superior.

GED não agrada mas greve traz ganhos políticos

A greve suspensa no último dia 6 de julho pode ser considerada vitoriosa pelo movimento docente nacional pois, mesmo não apresentando ganhos concretos em relação às reivindicações que originaram o movimento, trouxe ganhos políticos consideráveis como, por exemplo, a reabilitação do instrumento da greve como alternativa legítima de pressão popular e, principalmente, fez ver, dentro e fora das instituições federais de ensino superior, que os problemas das universidades públicas brasileiras interessam a todos os segmentos da sociedade. A situação que hoje se apresenta é bem mais clara e objetiva.

O Governo Federal pagou com a queda de sua popularidade por não acreditar que, além dos professores universitários, alguém pudesse estar preocupado com o ensino público brasileiro. Mesmo assim, reagiu rápido, utilizou todas as suas armas e conseguiu perder o mínimo possível.

Ao movimento docente restou um ganho cujo tamanho é diretamente proporcional a sua capacidade de união, mobilização e organização. A vitória da greve recém suspensa foi a comprovação de que a sociedade organizada quer o ensino público, gratuito e de qualidade.

Nesta edição apresentamos informações importantes sobre a greve e sobre a repercussão financeira do GED nos salários dos professores. Apresentamos também uma prestação de contas, esclarecimentos, opiniões e mais informações de interesse dos professores do Campus I da UFPB.



GOLPE DE FHC

Docentes da UFPB

não terão aumento de

28,86%

Estivemos em greve durante 99 dias por uma pauta de reivindicações que inclui a defesa de princípios que norteiam a manutenção e o aprimoramento de um modelo único de ensino superior que seja público, gratuito de qualidade e que garanta o acesso a todos os brasileiros que dele necessitem.

Para garantir a manutenção desse sistema, exigíamos um reajuste emergencial linear de 48,65%, para recompor perdas salariais acumuladas desde o início do governo FHC, a não-redução dos quadros funcionais das universidades, a criação de novas vagas e a abertura de concurso público para as vagas já existentes.

No processo de negociação da nossa pauta, o governo fingiu que negociou com o movimento docente e arrastou a greve até o Congresso Nacional onde, por limitação da lei eleitoral, só poderia se decidido o item da pauta que se refere à questão salarial dos professores.

Mesmo no item salarial, o governo conseguiu aprovar um projeto de gratificações para os professores universitários (o GED) que não atende aos interesses da categoria porque, entre outras falhas graves, discrimina os professores aposentados e exclui os docentes de 1º e 2º graus.

O Governo mentiu ao afirmar que estenderia a todos os funcionários públicos federais o aumento de 28%, ganhos na justiça por onze servidores públicos da união. Os professores não terão direito a esta reposição anunciada e não receberão nenhum centavo de acréscimo.

Impossibilitados temporariamente pela atual conjuntura eleitoral de manter um legítimo enfrentamento com o governo na defesa de projetos diferentes para o ensino superior público brasileiro, decidimos suspender a greve mas continuaremos a luta em nome da qual agradecemos o apoio dado pela sociedade que, junto com os professores, se mobilizou em defesa do maior patrimônio da nação, que é o direito de todos os brasileiros ao ensino público, gratuito e de qualidade.

Mais uma vez o governo faltou. Nos resta a nossa capacidade de mobilização e força de luta pela garantia do ensino público, gratuito e de qualidade.

Neste número inauguramos o novo projeto gráfico para as edições quinzenais do órgão informativo da ADUFPB-JP. O formato que ora inauguramos integra a nova política de comunicação da entidade.

A luta dos professores nos 20 anos da ADUFPB-JP

No próximo dia 25 de outubro a ADUFPB-JP completará 20 anos de existência. A Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos, foi fundada em 25 de outubro de 1978. Em 1º de agosto de 1990 uma Assembléia Geral dos Docentes vinculados a Associação a transformou em Seção Sindical dos Docentes do Campus I da Universidade Federal da Paraíba, com a denominação de ADUFPB-JP/Seção Sindical, instância organizativa e deliberativa da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Um plebiscito, realizado em 17 de outubro de 1990, homologou esta transformação.

Nestes 20 anos a ADUFPB-JP tem estado presente nos principais momentos da história política brasileira, lutando pelo fortalecimento da democracia, pelo ensino público, gratuito e de qualidade, contribuindo no fomento à cultura e na luta pela justiça social. Das vezes que os docentes da UFPB julgaram necessário, a ADUFPB-JP foi a base logística das principais lutas por melhores condições de trabalho em eventos diversos, inclusive, greves. Com acertos e erros, o saldo destes momentos é positivo e deve ser motivo de orgulho para todos os associados. Listamos a seguir as greves e a principal reivindicação de cada uma.

- **14 de novembro de 1980** - Verbas OCC perfazendo - reajuste salarial de 48% a partir de março de 1980 27,8% do orçamento geral para as IFES.
- **De 11 de novembro a 30 de novembro de 1981** - Enquadramento dos professores colaboradores e visitantes /80.
- **De 13 de maio a 09 de junho de 1993 (greve dos SPFs)** - Reajuste salarial mensal de acordo com o índice da inflação.
- **De 11 de novembro a 21 de dezembro de 1982** - Reposição salarial de 23,8% a partir de março de 1982.
- **De 19 a 26 de abril de 1994 (greve dos SPFs) por reajuste imediato com base no ICV/ DIEESE**
- **De 15 de junho a 27 de julho de 1983**
- **De 09 de maio a 31 de maio de 1994 mesma pauta da anterior**
- **De 15 de maio a 18 de agosto de 1984** - Reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro de 1984.
- **De 23 a 29 de abril de 1996** - Política salarial e reajuste de 46,19%.
- **De 25 de março a 07 de maio de 1987** - Adoção do plano de carreira única para os docentes das IFES.
- **Nos dias 18 e 19 de março de 1998** - Greve de advertência e de 31 de março a 07 de julho de 1998 por reajuste salarial de 48,65% e não redução dos quadros funcionais das universidades.
- **De 05 de maio a 17 de julho de 1989**

No total, **13 greves** (incluindo as de advertência) já aconteceram na UFPB e a ADUFPB-JP continua firme em seu propósito de lutar pelo ensino público, gratuito e de qualidade como também pelo fortalecimento da democracia e da justiça social.

ADUF INFORMA

é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical ANDES/ Sindicato Nacional Filiada à CUT - Centro de Vivência - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970 João Pessoa/PB
Fone: (083) 224-3801
Fax: (083) 224-8375
e-mail: adufpbjp@openline.com.br

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-Presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Polít. Educ. e Cient.:
Luiz de Sousa Júnior

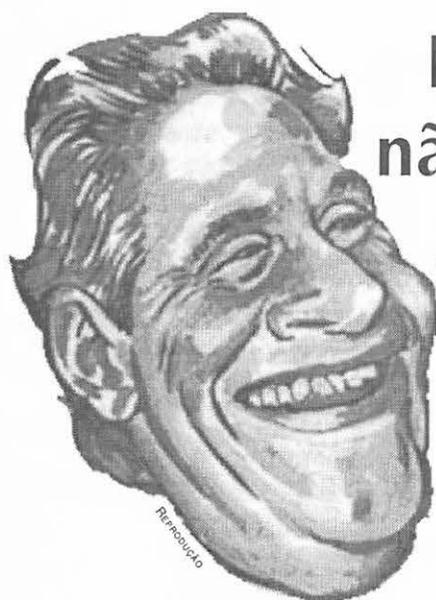
Diretor de Política Social
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa/Divulg.:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria
Laércio Losano

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117

Jornalista Responsável - Gilson Renato - DRT/PB - 821
Diagram. e Edit. Eletrônica: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Porque os docentes da UFPB não terão direito ao reajuste de 28,86% anunciado por FHC

Atendendo a solicitação da editoria deste informativo, o Assessor Jurídico da ADUFPB-JP preparou um parecer a respeito do reajuste de 28,86% anunciado pelo Governo Federal como que "estendido a todos os funcionários públicos". Segundo o parecer da assessoria jurídica, de acordo com a Medida Provisória de nº 1.704/98, os professores do magistério superior e de 1º e 2º graus não terão direito ao reajuste.

O PARECER

A exemplo dos demais servidores públicos civis, os docentes estão apreensivos com a Medida Provisória nº 1.704/98 que "estendeu o percentual de 28,86% a todos os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal".

Primeiramente é oportuno registrar que a MP 1.704/98 trata do reconhecimento da dívida pelo poder público e a forma espontânea de pagamento da mesma.

A princípio, os ocupantes da carreira de magistério, especialmente os docentes da UFPB, não se beneficiarão com a MP pois o parágrafo 1º, Art. 2º da mesma, determina que sejam deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627/93. Esta Lei concedeu um aumento superior a 28,86% aos ocupantes das tabelas do Anexo IV (professores do magistério superior e do magistério de 1º e 2º graus). Tal aumento se deu a fim de instituir com o objetivo de instituir a equiparação

entre os servidores do Anexo II (diplomatas) e IV (docentes) da Lei nº 8.622/93, em decorrência da política governamental de sistemática unificação das tabelas de vencimentos, iniciada com a Lei nº 8.448/92..

Portanto, pelo texto atual da MP 1.704/98, os docentes da UFPB não terão direito a qualquer aumento, inclusive diferenças retroativas a janeiro de 1993, decorrentes de pagamento espontâneo do Governo Federal.

Ocorre, no entanto, a ADUFPB/JP já possui 3 ações judiciais, nas quais se pleiteia diferenças salariais e implantações decorrentes do percentual de 28,86%.

A primeira delas, que envolve a quase totalidade dos associados, encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando o julgamento do recurso extraordinário interposto. Neste processo não se discute compensação de índices, mas apenas se houve ou não lesão do princípio da constitucional contido no Inciso X do Art. 37 da Constituição Fede-

ral de 1998. Entendemos que, com a MP 1.704/98, o Governo Federal reconheceu que houve lesão ao dispositivo constitucional mencionado.

A segunda demanda judicial ajuizada pela ADUFPB-JP, que envolve apenas 39 docentes, obteve vitória final, com a determinação de implantação imediata nos contracheques dos substituídos. A UFPB ajuizou ação rescisória na tentativa de desconstituir a decisão transitada em julgado que deferiu o percentual de 28,86% dos substituídos nesta demanda.

Por fim, a terceira demanda judicial, que envolve, em sua maioria, docentes que ingressaram na UFPB após o ano de 1993, encontra-se aguardando julgamento em 1ª instância. Acreditamos numa vitória final nas demandas ajuizadas, entretanto, não podemos fazer uma previsão precisa, face a questão política que envolve o caso.

Paulo Guedes Pereira

Assessor Jurídico da ADUFPB-JP

I · n · f · o · r · m · e · s

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da ADUFPB-JP agradece o empenho de todos os funcionários da entidade na realização de todas as tarefas necessárias para a manutenção e administração da greve. Durante os 99 dias de paralisação, funcionaram com perfeição os setores de reprografia, recepção, secretaria, divulgação, limpeza, sala de leitura e, principalmente, o atendimento aos professores durante as AG's no fornecimento de combustível (água e café).

A Diretoria da ADUFPB-JP agradece também a todos os professores que contribuíram para o "Fundo de Solidariedade" que serviu para amenizar o constrangimento causado pela retenção de salários promovida pelo Governo Federal durante a greve. Muitos professores, que estavam mais "apertados" que os demais, foram beneficiados pelo Fundo de Solidariedade.

REVISTA DA ADUF

A Diretoria de Imprensa e Divulgação da ADUFPB-JP já está recebendo colaborações para a "Revista da ADUF 98".

Os interessados em colaborar podem mandar seus textos (versão impressa e em disquete) para a Sede da ADUFPB no Centro de Vivência. O prazo para entrega dos textos é 30 de setembro.

PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS

Comunicamos aos professores de 1º e 2º graus que haverá uma reunião com os mesmos no próximo dia 30 de julho (quinta-feira), às 15 horas, na sede da ADUFPB-JP.

A reunião terá como pauta principal a discussão dos encaminhamentos apontados pelo Comando Nacional de Greve para este segmento dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, excluídos pelo Governo e sua base parlamentar dos benefícios obtidos pelos demais professores através do GED.

Confira seu ganho salarial após implantação da GED

Gratificação para professores varia de R\$ 47,04 a R\$ 780,36

Longe de atender às reais necessidades financeiras dos professores das instituições federais de ensino superior - IFES, a Gratificação de Estímulo à Docência - GED, foi o que se conseguiu, no que se refere exclusivamente a reajuste salarial, com a greve que findou no último dia 07 de julho. A GED divide opiniões entre os professores devido a sua similaridade com o PID, Programa de Incentivo à Docência, uma das razões, inclusive, da greve recentemente suspensa.

“Evitamos o pior, que seria terminarmos uma greve de mais de três meses sem absolutamente nada”, afirma o professor de sociologia da UFRGS e Presidente da ANDES, Renato de Oliveira, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, edição de 13 de julho de 1998. Parte do Comunicado CNG nº 71 que se refere ao GED afirma, “No limite, a GED traz um elemento agravante em relação PID: introduz, no trabalho docente, a remuneração vinculada à produtividade, nos 60 pontos possíveis na avaliação qualitativa. Isto vem ao encontro do projeto de universidade negociado pelo MEC, por imposição do Banco Mundial em seu projeto para educação em países subdesenvolvidos. Face ao exposto, no item especificamente salarial das reivindicações docentes, os possíveis resultados são restritos a parcela de professores das IFES (e diferenciados e variáveis dentro desta parcela), excludentes das demais categorias e iniciam a implantação do modelo de universidade submetida à lógica do mercado, ferindo a construção de sua verdadeira autonomia”.

Neste mês de julho, como o Projeto de Lei da GED foi sancionado na sexta-feira (03 de julho), o Governo vai pagar apenas 25 dias da gratificação. No entendimento da assessoria jurídica da ANDES-SN, o pagamento da GED deveria ser relativo a 27 dias. A entidade vai acionar a Justiça contra mais essa manobra do Governo Federal.

Para permitir um melhor entendimento em relação ao reflexo financeiro da GED em seu salário, caro professor, editamos, na página ao lado, 3 tabelas.

Na primeira (TABELA 1) estão os valores dos seus rendimentos até o mês de junho. Na segunda tabela (TABELA 2) estão os valores que a GED acrescentará em seus rendimentos. Na terceira tabela (TABELA 3), você encontra o valor atual do seu salário (salário anterior + GED).

Não consigo ver a Gratificação de Estímulo à Docência... Só a de "desestímulo à decência".

DEMONSTRATIVO SALARIAL DOS DOCENTES

As tabelas abaixo lhe dão a informação exata do quantitativo financeiro a que você terá direito de acordo com a sua classificação funcional (considerando titulação e regime de trabalho), após a aprovação do Projeto de Lei de Nº 4605-B, pelo Congresso Nacional em 03 de julho de 1998.

TABELA 1 - Seu salário antes da GED

	T - 20				T - 40				RETIDE			
	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT
TITUL.	681,62	763,41	852,02	1022,42	1363,23	1526,82	1704,04	2044,85	2113,01	2366,57	2641,26	3169,51
ADJ I	492,02	551,07	615,03	738,04	984,05	1102,13	1230,06	1476,07	1525,27	1708,31	1906,59	2287,91
2	514,16	575,86	642,71	771,25	1028,33	1151,73	1285,41	1542,49	1593,91	1785,18	1992,39	2390,87
3	537,3	601,78	671,63	805,95	1074,60	1203,56	1343,26	1611,91	1665,64	1865,51	2082,05	2498,46
4	561,48	628,86	701,85	842,22	1122,96	1257,72	1403,70	1684,44	1740,59	1949,46	2175,74	2610,89
AS 1	395,56	443,03	494,45		791,12	886,05	988,90		1226,23	1373,38	1532,79	
2	413,36	462,96	516,70		826,72	925,92	1033,40		1281,41	1435,18	1601,76	
3	431,96	483,79	539,95		863,92	967,59	1079,90		1339,08	1499,76	1673,84	
4	451,4	505,57	564,25		902,80	1011,13	1128,49		1399,33	1567,25	1749,17	
AUX 1	318,01	356,17			636,01	712,33			985,82	1104,12		
2	332,32	372,19			664,63	744,39			1030,18	1153,80		
3	347,27	388,94			694,54	777,89			1076,54	1205,72		
4	362,9	406,45			725,80	812,89			1124,98	1259,98		

TABELA 2 - Quanto a GED cresceu no seu salário

	T - 20				T - 40				RETIDE			
	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT
TITUL.	47,04	59,64	134,40	192,36	92,34	120,12	336,00	479,64	140,28	179,76	420,00	780,36
ADJ I	47,04	59,64	115,08	168,00	92,34	120,12	288,12	420,00	140,28	179,76	420,00	660,00
2	47,04	59,64	115,08	168,00	92,34	120,12	288,12	420,00	140,28	179,76	420,00	660,00
3	47,04	59,64	115,08	168,00	92,34	120,12	288,12	420,00	140,28	179,76	420,00	660,00
4	47,04	59,64	115,08	168,00	92,34	120,12	288,12	420,00	140,28	179,76	420,00	660,00
AS 1	47,04	59,64	115,08		92,34	120,12	288,12		140,28	179,76	420,00	
2	47,04	59,64	115,08		92,34	120,12	288,12		140,28	179,76	420,00	
3	47,04	59,64	115,08		92,34	120,12	288,12		140,28	179,76	420,00	
4	47,04	59,64	115,08		92,34	120,12	288,12		140,28	179,76	420,00	
AUX 1	47,04	59,64			92,34	120,12			140,28	179,76		
2	47,04	59,64			92,34	120,12			140,28	179,76		
3	47,04	59,64			92,34	120,12			140,28	179,76		
4	47,04	59,64			92,34	120,12			140,28	179,76		

TABELA 3 - Como ficou seu salário após a GED

	T - 20				T - 40				RETIDE			
	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT	GRA	ESP	MEST	DOUT
TITUL.	728,66	823,05	986,42	1214,78	1456,47	1646,94	2040,04	2524,49	2253,29	2546,33	3061,26	3949,87
ADJ I	539,06	610,71	730,11	906,04	1077,29	1222,25	1518,18	1896,07	1665,55	1888,07	2326,59	2948,15
2	561,20	635,50	757,79	939,25	1121,57	1271,85	1573,53	1962,49	1734,19	1964,94	2412,39	3051,11
3	584,34	661,42	786,71	973,95	1167,84	1323,68	1631,38	2031,91	1805,92	2045,27	2502,05	3158,70
4	608,52	688,50	816,93	1010,22	1216,20	1377,84	1691,82	2104,44	1880,87	2129,22	2595,74	3271,13
AS 1	442,60	502,67	609,53		884,36	1006,17	1277,02		1366,51	1553,14	1952,79	
2	460,40	522,60	631,78		919,96	1046,04	1321,52		1421,69	1614,94	2021,76	
3	479,00	543,43	655,03		957,16	1087,71	1368,02		1479,36	1679,52	2093,84	
4	498,44	565,21	679,33		996,04	1131,25	1416,61		1539,61	1747,01	2169,17	
AUX 1	365,05	415,81			729,25	832,45			1126,10	1283,88		
2	379,36	431,83			757,87	864,51			1170,46	1333,56		
3	394,31	448,58			787,78	898,01			1216,82	1385,48		
4	409,94	466,09			819,04	933,01			1265,26	1439,74		

A UNIVERSIDADE INVISÍVEL

Manoel Fernandes de Souza Neto

É comum ouvir o discurso de que a Universidade Pública está longe, não consegue estabelecer contato com a sociedade que a sustenta e mantêm-se trancafiada sob a aura de sua impenetrável e imponente redoma. É comum também, ouvir dizer que só os mais ricos e afortunados têm acesso à Universidade Pública e àquilo que ela produz. A Universidade, todavia, não acaba seu trabalho diante do que lhe parece comum, posto que para aqueles que trabalham com a ciência a aparência das coisas é apenas o começo da reflexão e não o seu imediato fim.

Partindo do princípio de que o mundo não é tal como se apresenta, queria refutar a velha e repetida ladainha de que a Universidade está distante. Primeiro porque no mundo em que vivemos costuma-se pensar proximidade como fenômeno físico, ou seja, estar por perto é estar de corpo presente, visível, palpável, concreto. Einstein, discordando de tal perspectiva "comum" provou-nos que energia é matéria. Traduzindo. A Universidade não precisa estar na sala de jantar para que sintamos sua presença, porque sua mão invisível está nas pesquisas sobre o impacto dos agrotóxicos nos alimentos, na composição ideal de nutrientes para os seres humanos, na qualidade dos materiais que conformam os recipientes que serão utilizados para cozinhar, no tipo de combustível que é possível utilizar para ter uma comida mais saudável.

É claro, a distância que separa um laboratório universitário de uma sala de jantar é enorme. E essa distância é tanto de tempo como de espaço. São necessários anos, as vezes décadas, para que se descubra a cura de uma doença epidêmica como a AIDS; ou como se controla a mosca branca que acaba com diversas culturas agrícolas; ou uma maneira de ensinar analfabetos em idade adulta a ler o mundo a partir de livros. Todavia, quando essas descobertas acontecem, quando se materializam, quando se transformam em algo palpável, muitos se esquecem que elas foram gessadas no interior das universidades por docentes abnegados, pesquisadores que transformaram a sua vida na busca de soluções para certos problemas.

Afora isso os pesquisadores repassam para os seus alunos aquilo que já descobriram e a arte de continuar descobrindo, permitindo assim que uma descoberta possa acontecer depois de muitas gerações. E ainda que assim não o fosse é na Universidade que se formam médicos e historiadores, físicos e bibliotecários, agrônomos e filósofos. Profissi-

onais que estão trabalhando no seio da sociedade de forma direta ou indireta, independente das opções políticas e éticas que fizeram.

O fim desta Universidade invisível, aparentemente distante, poderia representar uma crise social maior do que imagina nossa vã filosofia. Significaria abrir mão de ver aquilo que não vemos a olho nu e que não dá demonstrações imediatas, mas que é parte da nossa vida.

É evidente que a crise da sociedade tornar-se-ia maior, quando afundada na cultura do "tchan" ela percebesse que só uma política sanitária formulada por dentro da Universidade acabaria com epidemias como a da Dengue. Claro, se fosse possível, a partir do "tchan" pensar alguma coisa que não o excessivamente comum.

Então, quando se paga a um pesqui-

sador, que forma outros pesquisadores, um salário que não lhe permite mais viver dignamente, dirá enxergar o invisível, então não é apenas a Universidade que se destrói, mas a possibilidade de termos uma vida culturalmente plural, eticamente humana e socialmente digna.

E mais, quando se defende uma Universidade Pública, não é apenas os salários ou postos de trabalho que se visa defender, mais a possibilidade de ainda resistir pensando e agindo contra a lógica que deseja acabar com a nossa capacidade de pensar. É demagogo dizer que a Universidade está distante, é diferente, ela não aparece, assim como não aparecem canos debaixo do chão, teorias só aparecem depois de se cavar muito.

A Universidade precisa ser defendida por isso, por nos fazer pensar, por nos fazer ver o que sozinhos não veríamos, não só por salários melhores para quem não apareceu na nossa casa ou não está em campanhas contra a fome no Tibet. Todavia, são essas pessoas, que hoje mal podem comprar livros, que estão deixando de pensar sistematicamente e aplicadamente para correr atrás de pagar as impagáveis contas no final do mês.

A greve que agora se presencia na UFPB e em outras Universidades Federais é fruto dessa política que destrói os empregos, diminui salários, precariza os serviços que o Estado deveria prestar e assassina trabalhadores rurais em todo País. Os docentes não estão a fazer greve porque querem, mas porque não agüentam mais ser humilhados. Não é só contra a miséria econômica, mas pela dignidade humana que defende o direito de continuarmos pensando, e sonhando, um mundo melhor.

☺ Professor do Departamento de Geografia da UFPB

Publique seu artigo

O boletim informativo da ADUFPB-JP abre este espaço para colaboração dos professores do Campus I da UFPB, para as próximas edições. As colaborações devem ser feitas com textos de aproximadamente 1,5 lauda (3.500 caracteres, em fonte tamanho 12) e enviados para a sede da ADUFPB-JP, no Centro de Vivência. Os artigos devem ser entregues impressos e em disquete. A edição dos textos fica a critério da Diretoria de Comunicação da Entidade.

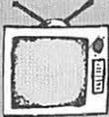


Quanto custou para a ADUFPB-JP a greve de 99 dias

A 13ª greve da UFPB foi a de maior duração da história do movimento docente. Durante 99 dias a paralisação dos professores da UFPB foi praticamente total e a mobilização pode ser considerada satisfatória para um movimento de tão grande duração. Para dar visibilidade pública à greve e suas razões, os custos foram muito altos mas absolutamente necessários pois o movimento, como tudo que seja de interesse da sociedade, precisa ser esclarecido à opinião pública.

O resultado deste investimento foi a participação popular que, direta ou indiretamente, contribuiu de forma positiva para os ganhos conquistados e a própria mídia, através dos seus espaços editoriais (jornalísticos e gratuitos) também contemplou o movimento com uma intensa cobertura.

No quadro ao lado está o demonstrativo genérico dos gastos com a greve. A ADUFPB-JP enviará para cada departamento um relatório detalhado dos gastos da greve para que cada associado, que tiver interesse, possa ter fácil acesso a esses números.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
 DELEGADOS CNG (Diárias, hotel, passagens etc)	24.211,14
 DIVERSAS (Material expediente, telefones, transporte etc)	19.235,80
 FUNDO NACIONAL DE GREVE	6.745,00
 MÍDIA/DIVULGAÇÃO (TV, rádio, jornal, boletim, som, show etc)	90.953,03
TOTAL GERAL	141.144,97

NÚMEROS DA GREVE

Veja o reflexo em números do trabalho realizado nos 99 dias de greve

18 Assembléias Gerais

45 Eventos diversos



Inserções na TV

58 Entrevistas em rádio e TV

1350 Inserções em rádio

120 matérias em jornal

10 cartazes em out-door

4 shows musicais

2 atos públicos

2 reuniões extras

1 carreata



18 Reuniões de Centro

1 desvio de trânsito por dentro do Campus I (safati)

150 mil fotocópias

Parênteses

Aos atletas

(...) Que importa hajam perdido?

Que importa o não-ter-sido?

Que importa uma taça por três vezes, se duas a provei para sentir, coleante, no fundo, o malicioso mercúrio de sua perda no futuro?

(...) perder é tocar alguma coisa mais além da vitória, é encontrar-se naquele ponto onde começa tudo a nascer do perdido lentamente.

Carlos Drummond de Andrade
Poeta Mineiro

Sede de LEITURA

Projeto visa apoiar produção literária dos docentes

A ADUFPB-JP criou o Projeto "Sede de Leitura". A iniciativa visa o apoio e a promoção da produção literária e científica dos docentes da UFPB, Campus I. O "Sede de Leitura" está em fase de implantação e, em breve tempo, pretende estimular o lançamento de livros por professores que tiverem os seus trabalhos prontos, sejam eles em poesia, prosa ou produção científica (dissertações, teses, etc). O apoio da ADUF se dará no momento da divulgação e lançamento das obras com um evento mensal de lançamento de livros na Sede Social da entidade. O evento será uma festa com coquetel e shows

FOTO: Arquivo ADUFPB-JP



A ADUFPB-JP apoiará lançamentos de livros escritos por docentes do Campus I da UFPB com coquetéis e shows musicais

musicais. Em breve a ADUFPB-JP enviará aos departamentos e coordenações o convite formal com informações detalhadas sobre

os procedimentos necessários- extensivo a todos os professores, para que os docentes façam as suas inscrições no "Sede de Leitura".

FOTO: Arquivo ADUFPB-JP



A sede social dispõe de infra-estrutura para a realização de festas, com salão de recepção e jogos



Espaço para promoção de eventos

A Diretoria Cultural da ADUFPB-JP informa que a sede social está disponível para promoção de festas e outros eventos sociais de segunda à sexta-feira, a partir das 18h00. Nos sábados a locação só é permitida a partir das 20h00. O preço para locação da sede é o equivalente a um salário mínimo (R\$130) para não sócios e meio salário mínimo (R\$ 65) para os sócios da instituição e seus dependentes.

Nos domingos não é permitida a locação pois, neste dia, a utilização é, exclusivamente, do corpo de associados.

A ADUFPB-JP vai disponibilizar para os sócios e seus dependentes, além de toda a infra-estrutura que a sede já dispõe, uma sala de jogos com pebolim(totó), sinuca, tênis de mesa, xadrez e damas. A sede já dispõe de um computador PC e está em fase de informatização de seus serviços.

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT

João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Setembro de 1998 - nº 65

PÁGINA **2**

OPINIÃO:
A novela
dos 28,86%

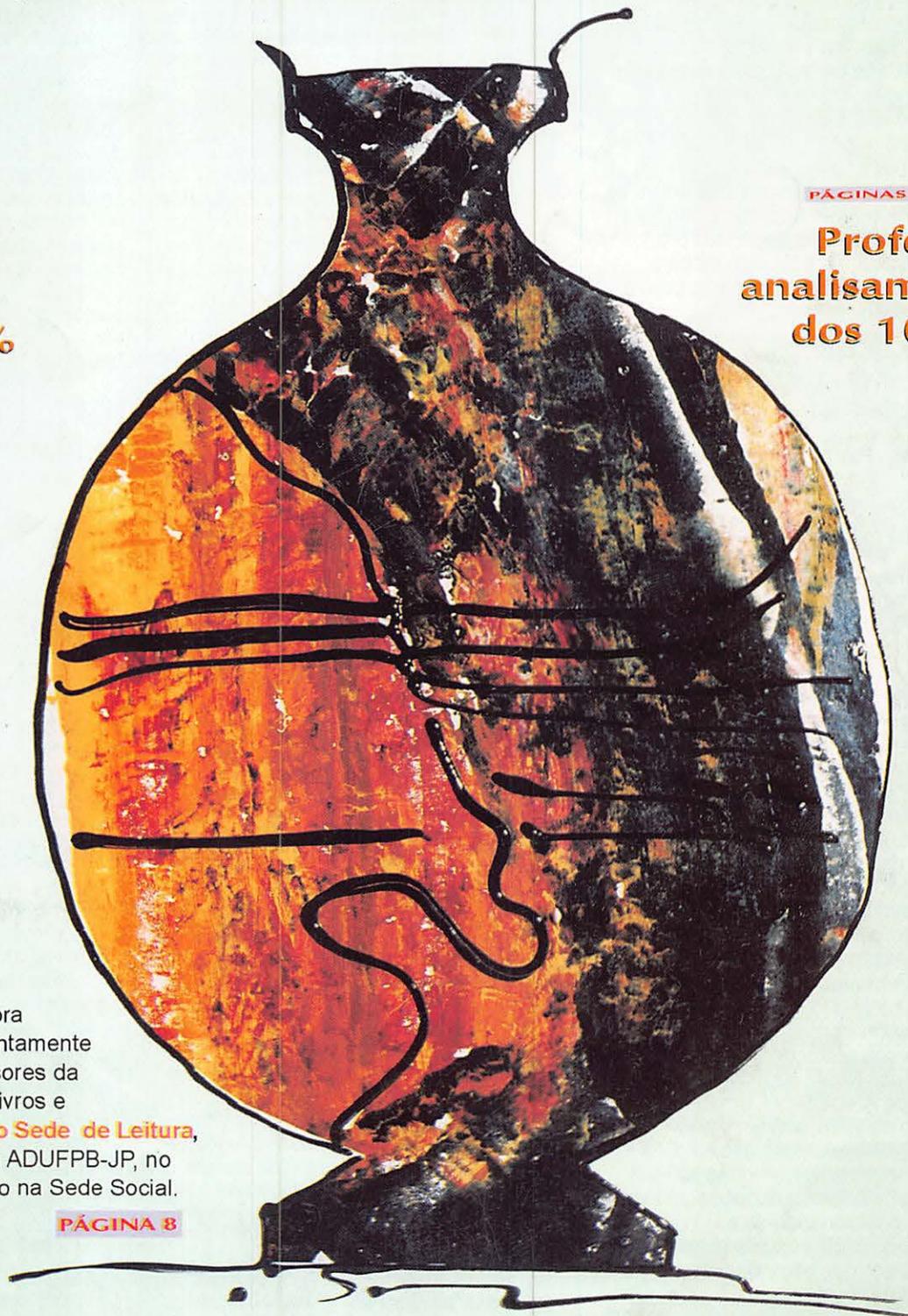
PÁGINAS **6 e 7**

Professores
analisam greve
dos 100 dias

CULTURA

A gravura ao lado integra a exposição "**Negras**", da professora Liana Chaves, que, juntamente com mais dois professores da UFPB, lançaram três livros e inauguraram o **Projeto Sede de Leitura**, da diretoria cultural da ADUFPB-JP, no último dia 29 de agosto na Sede Social.

PÁGINA **8**

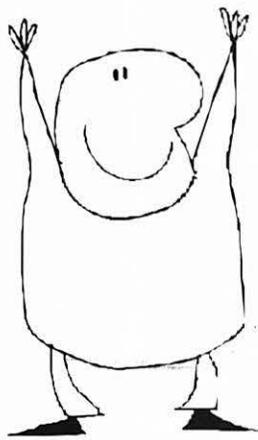


Súmula do TCU desautoriza descontos
em salários de professores aposentados

PÁGINA **3**

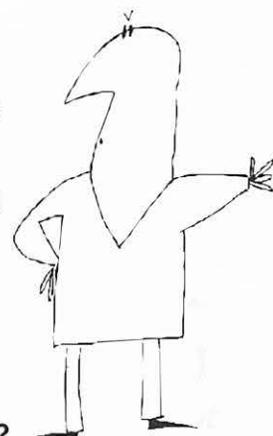
Enquete

O movimento docente pós-greve. Quem ganhou com a paralisação?



A recente greve das universidades públicas brasileiras, na opinião de significativa maioria dos analistas do Movimento Docente e dos professores, trouxe ganhos políticos significativos para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior. A necessidade da greve e a postura de enfrentamento ao Governo Federal assumida durante a greve teve e continua tendo respaldo entre os docentes das IFES. Em contra-partida, pelo que se pode constatar na entrevista que você vai ler a seguir, os professores têm críticas e observações que podem servir para a reflexão de todos na condução dos trabalhos para o futuro. Os professores entrevistados, não participam da Diretoria da ADUFPB-JP, responderam às seguintes perguntas:

- 1) Como você analisa a greve?
- 2) O que você espera do Movimento Docente para o futuro?



Fotos: Rose Gondim

Jacó Carlos de Lima

Departamento de Ciências Sociais

Particularmente não sou favorável à greve de longa duração, acho um grande prejuízo para o processo pedagógico e os ganhos são muito pequenos frente ao desgaste, porque você não tem um poder de pressão muito forte. De qualquer forma esse movimento especificamente colocou os problemas da universidade na mídia, teve esta importância. Mas esse tipo de instrumento tem de ser repensado, não que ele não deva ser usado, mas tem de ser usado de forma mais vinculada ao contexto para possibilitar ganhos efetivos.

O movimento docente tem de enfrentar determinadas situações das quais até hoje ele escapou. A questão da reforma da universidade, por exemplo, mesmo não concordando com o modelo do governo federal, o movimento docente já deveria ter uma alternativa viável, pois há muito tempo se usa apenas a greve e deixou-se de lado a necessidade de buscar propostas realmente viáveis, que possam contrapor às propostas do MEC. Como isso não acontece estamos sempre a reboque, quando vem uma proposta do Ministério da Educação se grita e se faz alguma coisa, mas uma proposta de aumento de salário de 300 a 400%, chega a ser hilária pois não tem a menor vinculação com a realidade. O movimento docente precisa se voltar mais à questão da universidade (coisa que ele andou abandonando), não basta gritar contra isso ou contra aquilo. Temos que buscar propostas e alternativas que possam ser executadas e, a partir daí, efetivamente, exigir um debate permanente com o Ministério da Educação.



Rosângela Araújo

Depto. de Línguas Estrangeiras e Modernas

A greve teve um lado positivo, foi um ato histórico e acredito que pode-se até dividir o MD em 2 a partir desta greve. Durante o tempo em que estou aqui, pelo menos, nunca houve tanta credibilidade em greves anteriores; tanto por parte do alunado quanto por parte dos docentes e dos funcionários. Todos acreditavam que alguma coisa iria acontecer. Apesar de não termos conquistado todos os frutos que buscávamos, a greve serviu, no mínimo, para que a sociedade ficasse sabendo que nós existimos e que os nossos problemas também dizem respeito a ela. Ficamos de certa forma unidos em busca de um objetivo maior que é lutar pela universidade e contra essa política do governo. Em resumo foi algo positivo. Eu acho que não devemos desanimar e parar, as coisas não devem ficar apenas em reuniões, ou restritas a períodos de campanhas políticas. Acho que deve ser uma coisa constante, precisamos estar sempre presentes. Em nossa vida acadêmica, no nosso dia-a-dia, etc.

"A greve serviu, no mínimo, para que a sociedade ficasse sabendo que nós existimos."

A semente foi plantada e precisamos regá-la e não esperar que a coisa aperte para poder esboçar alguma reação. Temos de estar sempre fazendo avaliações desse tipo, sempre buscando a conscientização dos colegas e dos alunos e não esperar para fazer tudo apenas durante a greve.



"Tivemos momentos em que devíamos ter parado pois o fato de ter alongado a paralisação não ajudou em nada."



Fátima Araújo

Departamento de Ciências Sociais

É complicado dizer em poucas palavras, mas eu acho que foi uma coisa inevitável, o movimento docente estava bastante abafado com tantos problemas, inclusive a questão salarial. A universidade está vivendo tantos problemas que não poderia mais adiar, então eu acho que algo deveria ser feito e foi feito. Agora discordo de alguns encaminhamentos, da extensão da greve. Tivemos momentos em que devíamos ter parado pois o fato de ter alongado a paralisação não ajudou em nada. Não se teve nem

ganhos políticos nem ganhos materiais.

Para o futuro acho que quando pensarmos em movimento docente temos de pensar mais em ganhos do que em desgaste, não podemos deixar que o movimento chegue ao nível de desgaste a que chegou. Uma greve de 3 meses não é bom, houve perdas do ponto de vista político e acadêmico. Teve um momento em que a sociedade estava nos apoiando, vendo a greve como necessária e a situação da universidade como uma coisa preocupante. Mas, em seguida, a mídia começou com o desgaste.

Quando o ministro mandou suspender o salário e recuou, acho que era o momento, ele já tinha estendido esse programa de incentivo à docência aos aposentados e a outras categorias que não tinham a titulação de mestre e doutor. Na minha opinião aquele era o momento da greve acabar.

"A reforma que deve vir em relação à universidade necessitará da mobilização de forças de nossa parte."

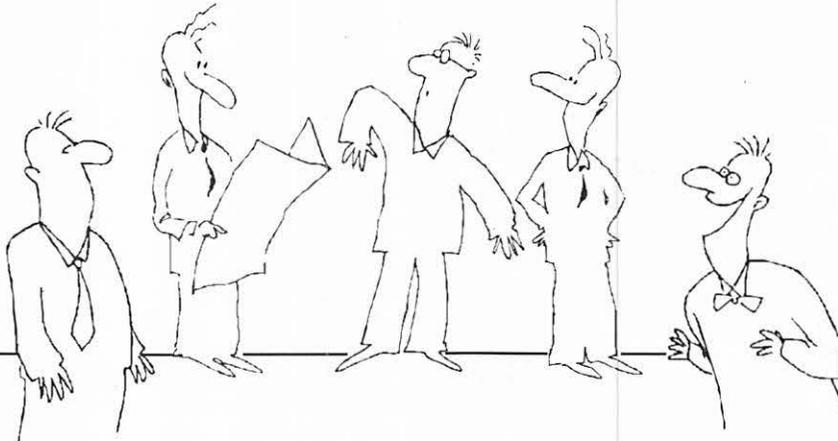
Eduardo Henriques Leão de Morais
Departamento de História

Eu acho que foi um movimento do qual pode-se tirar muitas lições, especialmente após quatro anos praticamente sem uma mobilização da categoria em termos de paralisação. Vivemos situações que foram importantes para que possamos aprender que estamos em um outro momento na relação com o Estado, e que não dá mais para manter certas práticas e discursos como

se algumas verdades ditas eternas não tivessem sofrido qualquer alteração. Acho que se perdeu durante o processo (talvez por ansiedade das lideranças) o momento certo de sair desta greve, houve o momento certo para isso em que o ganho político seria maior, mostraria a força do movimento e nos deixaria preparados para uma nova movimentação que vai ser exigida futuramente. A reforma que deve vir em relação a universidade, que já foi anunciada, inclusive, necessitará da mobilização de forças de nossa parte. Acho que agora perdeu-se esse momento, levou-se o movimento até o desgaste com certas

avaliações, na minha opinião, preocupantes. Considero o desgaste como uma escolha política bastante complicada, ele deixou o movimento bastante resabiado, a categoria bastante resabiada o que pode comprometer os embates que inevitavelmente teremos pela frente.

Para o futuro acredito que a tendência é que haja um desgaste bem maior ou agente muda certas práticas para garantir o reconhecimento do espaço social, o compromisso social com a própria categoria, não esquecendo que o discurso corporativo não pode se sobrepor ao lugar que esta instituição deve ocupar dentro da sociedade. Acho que esse é um dos grandes problemas que agente vai ter de enfrentar. A sociedade mudou e portanto o lugar da universidade também mudou e agente precisa saber responder a isso sem sucumbir sob as propostas de mudanças que estão sendo feitas pelo governo, que são bastante problemáticas, mas não podemos nos contrapor a estas mudanças querendo que tudo permaneça como está. Isto seria absolutamente incorreto pois estaríamos (que é o que acontece na prática) realmente dando munição ao próprio Governo para que ele nos coloque como anacrônicos, como fora da realidade, como sem sensibilidade para as transformações sociais. Isto coloca a universidade em situação absolutamente ridícula.



Carlos Anísio

Departamento de Música

Achei que nas últimas greves o movimento saiu cabisbaixo, conseguindo, no máximo, negociar a remuneração dos dias parados. Desta vez foi bastante diferente. O movimento tomou uma dimensão maior do que eu particularmente esperava. Tivemos o apoio da mídia que geralmente ficava contrária ao movimento e fazia uma campanha calçada em inverdades sobre a universidade pública. A mídia ajudou bastante, tivemos programas interessantíssimos como o da Rede Bandeirantes - Fogo Cruzado com Paulo Henrique Amorim - onde vimos que os representantes do movimento docente apresentaram uma supremacia quase que absoluta sobre os representantes do governo.

Nessa greve tivemos ganhos políticos e morais mas, no que se refere a aumentos salariais e às condições de trabalho, nós não atingimos realmente o que queríamos. Mas acho que o movimento foi muito positivo e marcamos posição. É necessário uma discussão mais ampla no sentido de otimizar todos os recursos humanos e potenciais que existem na universidade pública. Esta é, na minha opinião, a saída para uma revolução cultural e educacional do Brasil. Acho que reafirmamos nossa posição com esse movimento.

Para o futuro acho que em cada situação é necessário uma análise concreta do que está ocorrendo. Nós do movimento sindical estamos bastante associados com a não continuidade do governo FHC, mas isso é bastante improvável, sabemos que a luta terá que ser muito grande para conseguirmos colocar uma proposta diferente da que está colocada.



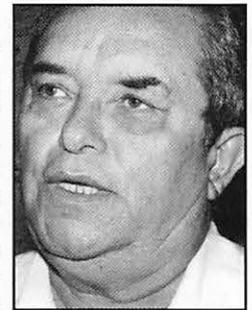
José Martins

Departamento de Finanças e Contabilidade

Acho que a greve na verdade não atingiu seus objetivos em virtude da forma como foi conduzida, contrariando um pouco a tendência de como o mundo está caminhando. Acredito que todos nós precisamos melhorar, nos renovarmos e nos aperfeiçoarmos a fim de que possamos oferecer, digamos, conhecimentos novos e responder aos reclamos da juventude. Eu acho que não é a greve que vai resolver, nós temos que sentar, chamar o governo e a sociedade e dialogar. Não dá mais para fazer greve, até porque o mundo está precisando que as pessoas que pensam atraiam os outros, a fim de que possamos crescer mais e contribuir para as grandes mudanças que ocorrem no mundo de hoje.

Eu acho que precisamos efetivamente nos situar bem para tentar ler o futuro, porque até então o conhecimento se baseava no passado, se ensina hoje o que se ensinou no passado e até muito do que se ensina hoje é alguma coisa voltada para o passado, nós precisamos modificar essa forma e nos voltarmos para o futuro e tentar descobrir o que está por vir para tentar nos antecipar e transmitir isso para a juventude e a sociedade. A virada do milênio significa uma mudança muito grande e nós estamos num país subdesenvolvido. A universidade ainda é um dos poucos pontos onde se cultiva o conhecimento e é necessário que haja uma preocupação permanente com o futuro.

Já está hoje em voga o capital intelectual, o capital financeiro já não é tão importante e infelizmente agente chegou na virada do milênio precisando nos preocupar com essa revolução do capital intelectual.



Fotos: Rose Gondim

ANDES participa de comissão de avaliação da GED

Foto: Rose Gondim



Rubens Pinto Lyra é professor do Depto. de Ciências Sociais da UFPB. É também representante da ANDES na Comissão do MEC.

Rubens Pinto Lyra

ADUF Informa - *Pela forma como foi imposta a GED, há uma significativa parcela dos professores que discorda da participação da ANDES SN nesta comissão. Há quem diga que esta participação vem respaldar toda a política imposta pelo MEC. Você como pessoa indicada pelo Sindicato, como se sente?*

Me sinto inteiramente à vontade. Particpei diretamente da greve como também a Diretoria da ANDES e, como a maioria dos professores, considero os resultados inteiramente insuficientes. Agora acho completamente sem fundamento a tese de que só houveram resultados políticos. Na medida em que a esmagadora maioria dos professores vai ter acrescentado em seu rendimento mensal um importante reforço, ainda que insuficiente em relação ao que era desejado, acho que esta é uma vitória importante. Está em jogo o interesse material dos professores e a participação desta comissão vai ser decisiva para que se garanta o máximo de justiça e de critérios democráticos na implementação desta gratificação e possivelmente um alargamento maior no sentido de que aqueles que trabalham sejam efetivamente beneficiados. Se fosse só o MEC a estabelecer estes critérios, teríamos, certamente, graves distorções, exclusões, critérios questionáveis, de maneira que eu acho que mesmo entre os que foram contra a aceitação da GED, a grande maioria hoje entende a necessidade da nossa participação pois a GED é uma realidade. Os interesses materiais de uma categoria não podem ser menosprezados. Acima do idealismo, o Sindicato existe para atender os interesses da categoria que representa.

Atendendo a determinação da Lei que criou a Gratificação de Estímulo à Docência, o ministro Paulo Renato de Souza nomeou uma comissão com o objetivo de propor critérios de pontuação de desempenho docente e de estabelecer a forma de participação externa nas comissões de avaliação que serão constituídas em cada Instituição Federal de Ensino Superior. As comissões em cada IFES ficarão encarregadas de por em prática a avaliação a ser tomada como referencial para efeito de pagamento de variáveis de 40% do valor da GED. A comissão, que deverá concluir o seu trabalho no dia 3 de outubro, é integrada por Abílio Afonso Baeta Neves, Luiz Roberto Curi e Maria Marlene Almeida, representando o Ministério da Educação e do Desporto; Mozart Neves e José Robelatto, indicados pela ANDIFES, e como representantes da ANDES- SN, os professores Rubens Pinto Lyra, da Universidade Federal da Paraíba, e Renato Dagnino, da UNICAMP.

O desafio da participação nas instituições governamentais gera obstáculos e necessidade de habilidades políticas muito complexas gerando, por isso, resistências no seio do Movimento Docente. Persistem aqueles que, discordando dos encaminhamentos dados pela atual diretoria do ANDES-SN, são contra a participação do Sindicato em qualquer instância de poder que envolva a regulamentação da GED.

A oposição à participação da ANDES-SN na elaboração dos critérios de avaliação da GED, portanto, gera um debate político com argumentos conseqüentes de ambos os lados. A perspectiva é de que este debate se aprofunde e possa escoar produtivamente em um debate maior sobre a carreira e a autonomia universitária.

Este informativo traz, a seguir, uma entrevista com o professor Rubens Pinto Lyra, um dos dois representantes da ANDES-SN na Comissão.

ADUF Informa - *Esta participação não respalda as atitudes do Governo Federal, através do MEC?*

Há duas formas de se fazer oposição: uma é você considerar uma correlação de forças e agir segundo ela, trabalhando, em greve ou institucionalmente até enquanto há possibilidades de ganhos. A outra é a oposição de confronto; onde se busca o confronto pelo confronto e se vier alguma vitória como sub-produto; essa não é a minha posição. Nós fizemos a greve por uma pauta de reivindicações. Os resultados devem ser mantidos e ampliados

ADUF Informa - *Em quanto tempo as comissões locais estarão constituídas e efetuando o trabalho conforme anunciado?*

Quem pode responder melhor esta questão são os dirigentes das instituições. Pessoalmente acredito que sim. Minha expectativa é de que, na pior das hipóteses, em dezembro todos já estejam recebendo a gratificação de acordo com a avaliação que for feita e, portanto, com o direito a recebê-la retroativamente, conforme estabelece a lei, a partir de julho.

ADUF Informa - *Como está hoje o trabalho desta comissão?*

O trabalho da comissão não começou ainda, ela está na fase ainda de receber sugestões, mas certamente há elementos para que se estabeleçam as convergências, divergências e encaminhamentos precisos para a questão já na próxima reunião.

ADUF Informa - *Quais as principais questões legais suscitadas pela criação da GED e qual a posição do Sindicato em relação a elas?*

A assessoria jurídica nacional da Andes emitiu um parecer situando

as principais questões que fundamentaram um posicionamento da diretoria do Sindicato Nacional. A primeira é a flagrante inconstitucionalidade do aumento que foi concedido aos aposentados - apenas 60% da gratificação a que farão jus os professores efetivos em exercício. Isto fere o princípio da isonomia. O parecer dos assessores jurídicos é no sentido de que, em tese, os professores aposentados podem, desde já, acionar a justiça no sentido de fazerem valer os seus direitos, mas entendemos que devem aguardar o posicionamento da comissão nacional de avaliação.

Outra questão importante diz respeito ao teto que o decreto pretende estabelecer para o pagamento das gratificações - X vezes o número de docentes de cada instituição. Ora, isto é ilegal porque a lei que criou a gratificação prevê critérios de pontuação que serão definidos pela comissão criada pelo MEC. Então um decreto não pode pretender estabelecer outras limitações ao recebimento destas gratificações.

ADUF Informa - *Considerando as peculiaridades de cada instituição, como deverá ficar a avaliação docente?*

O que devemos fazer em virtude de não se poder dissociar a implementação de critérios de avaliação com as peculiaridades de cada instituição é exatamente não criar uma camisa de força, ou seja, evitar estabelecer, por exemplo, um critério único de pontuação para todas as instituições.

A própria lei que criou a GED prevê que se deve adequar os critérios às peculiaridades de cada instituição. Por outro lado, devemos nos ocupar em estabelecer parâmetros



Rubens Pinto Lyra (continuação da página 6)

comuns para que alguns professores não sejam penalizados com critérios excessivamente rígidos e outros sejam beneficiados.

A grande dificuldade é a heterogeneidade. E aí, conforme a mentalidade produtivista, tecnicista ou conservadora dos reitores, eles poderiam utilizar critérios que desconhecem aquilo que deve ser reconhecido ao docente, isto é: se ele trabalha corretamente deve ter todos os pontos. Se ele cumpre seu horário e se tem atividade de ensino pesquisa e extensão ou qualquer outra atividade, cumprindo seu horário, trabalhando corretamente, ele deve ter todos os pontos. Mas se fizer parte de uma instituição elitista, produtivista, seus dirigentes podem não querer fazer isto. Será preciso, então, estabelecer regras que evitem este problema. O ideal é que a avaliação não fosse feita dessa maneira, de cima para baixo, a partir de algo específico. Vamos tentar, dentro das nossas atribuições

na comissão nacional, garantir que os critérios sejam os mais democráticos e os mais justos possíveis. O processo é ruim. É autoritário e desconhece os mecanismos gerais que condicionam o funcionamento e a atividade acadêmica das instituições de ensino superior.

ADUF Informa - Do que você discorda na GED e quais sugestões daria?

Não podemos mudar as bases desse processo. Nós somos contrários a ele. Totalmente contrários. Trata-se de uma avaliação que achamos produtivista, estabelecida autoritariamente. Mas existe a comissão. Dela vai depender parte da remuneração dos professores. O que nós temos a fazer é estar presente na comissão e garantir que os procedimentos sejam os mais transparentes, os mais justos possíveis e, portanto, que tendam a garantir aos professores que cumprem suas atividades normalmente a plenitude da gratificação.

Bolsas para 1º e 2º graus variam de 85 a 400 reais

O Programa de Bolsas do Governo Federal para os professores de 1º e 2º graus contemplará, no exercício 1998, no máximo, 12.662 professores de 124 instituições vinculadas à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SENTEC e à Secretaria de Ensino Superior do MEC. A escala de valores das Bolsas será relativa à titulação acadêmica e à dedicação do bolsista. O valor das bolsas varia de 85 a 400 reais.

Como era de se esperar da política divisinista do MEC, mais uma vez o Ministro da Educação condenou os professores de 1º e 2º graus, aposentados, substitutos e visitantes à nota zero. No bojo das maldades aqueles que desejam se aperfeiçoar, mesmo em nível de mestrado ou doutorado que já tenham sido contemplados com bolsa de estudos, não receberão a bolsa desse programa.

Atualmente, não há grande diferença entre os valores da GED para os professores de 3º grau e esta bolsa ora concedida aos professores de 2º graus. Em futuro próximo, alguns professores de 3º grau certamente serão contemplados com mais 40% ou até 50% em complemento a GED enquanto que para os professores de 1º e 2º graus não haverá alterações.

A ADUFPB-JP e a ANDES-SN exigem que o MEC implemente um plano de carreira único para todos os professores das IFES. Recentemente questionado a este respeito, o MEC, através do signatário do ensino superior, Abílio Baeta Neves, transformou esta reivindicação para a posteridade. Abílio Baeta declarou anteriormente a intenção de situar os professores de 1º e 2º graus no plano de carreira dos professores de ensino técnico.

Informes

GT ELEIÇÕES/98

A Diretoria da ADUFPB-JP convida todos os professores a participarem do Grupo de Trabalho - Eleições 98. As reuniões estão sendo realizadas às segundas, às 15h00, na sala de reunião da ADUFPB-JP (Centro de Vivência/Campus I). Nesta reunião estão sendo traçadas as principais linhas de ação que possam bloquear a eleição de todos aqueles que comungam da política neoliberal.

ARTIGOS - Os professores que quiserem publicar textos neste Informativo, devem enviá-los para a ADUFPB-JP no Centro de Vivência. Para a edição, será considerada a ordem de recebimento dos textos pela ADUFPB-JP e a pertinência do assunto tratado em relação às notícias veiculadas no respectivo Informativo. Os artigos não podem ultrapassar o limite de uma lauda e meia e devem ser enviados em disquetes.

CONFRATERNIZAÇÃO - A Sede Social da ADUFPB-JP está disponível para as confraternizações natalinas dos departamentos. Os chefes de departamento interessados devem enviar solicitações para a reserva de pautas na Sede Social.

NOVA CARTEIRA - A ADUFPB-JP está confeccionando as novas carteiras funcionais, dos seus sócios. A entidade solicita que os professores preencham as fichas que foram encaminhadas para todos os departamentos. As fichas deverão ser enviadas para a ADUF (Centro de Vivência) junto com uma foto 3X4 recente.

COMUNICAÇÃO - A Diretoria de comunicação da ADUFPB-JP informa que já está disponível na Internet a homepage da entidade. O endereço é: <http://www.adufpbjp.com.br>

TELEFONES NOVOS

Os telefones da ADUFPB-JP mudaram. Os novos números são: (083) 243-1212 e 243-1122.

IRONIA

“Não entendo os homens quando no poder não percebem, às vezes, que a grandeza é melhor para eles próprios do que afferar-se mesquinamente a um dia a mais de mandato.”

Fernando Henrique Cardoso
(Senador, 1991)

Parênteses

Breve discurso de D.
Quixote de regresso ao lar

Venho da Mancha; o mundo.

Chego incólume

Incólume e feliz: fui vencedor

De todas as batalhas

Que perdi.

O poeta é
um fingidor?

Poeta Maior não finge
Quando escreve (e quando e onde)

Ele é apenas esfinge
Que não pergunta – responde

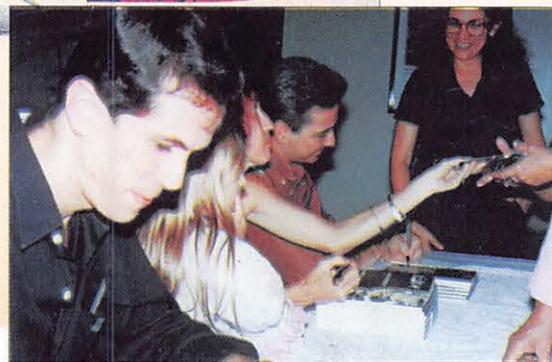
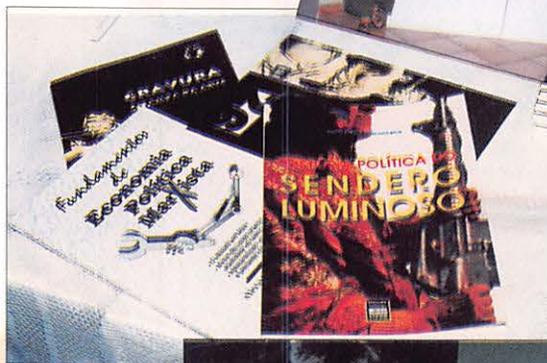
João Manuel Simões
Poeta paranaense

Abertura do Projeto "Sede de Leitura" teve grande aceitação

A ADUFPB-JP inaugurou no último dia 29 de agosto o Projeto "Sede de Leitura" com o objetivo de apoiar e divulgar o lançamento de obras editoriais, teses e dissertações produzidas por professores do Campus I da UFPB. O "Sede de Leitura" terá continuidade neste mês de setembro (dia 26) e nos últimos sábados de cada mês, com coquetel e show musical, a partir das 20 horas, na sede social da entidade à Rua Gilvan, 88, no Cabo Branco.

Para participar, o professor interessado terá que ter o seu trabalho editado ou defendido durante o ano de 1998 e, munido de um exemplar, inscrevê-lo na ADUFPB-JP do Centro de Vivência da UFPB. A ordem de participação no evento será a mesma da inscrição.

A primeira edição do "Sede de Leitura" foi um sucesso reunindo aproximadamente 200 associados e outros convidados. Desta vez 3 livros foram lançados: "Fundamentos da Economia Política Marxista" por Alexandre Lyra Martins, "Gravura - Estampa da Arte" por Liana Miranda Chaves e "História Política do Sendero Luminoso" por Lúcio Flávio Vasconcelos.



I Ciclo de Debates Sobre

Autonomia Universitária

A ADUFPB-JP, através de sua Diretoria de Política Sindical, promoverá, junto com o Fórum Universitário, o DCE e o SINTESPB, o "I Ciclo de Debates Sobre Autonomia Universitária". No todo, 7 palestras comporão o ciclo que acontecerá entre 15 e 30 de setembro, conforme o calendário ao lado:

CENTRO	DATA	PERÍODO	LOCAL
CCHLA	15/09/98	Manhã	Auditório 412
CE	A confirm.	Manhã	Auditório 212
CCSA	22/09/98	Manhã	Auditório CCSA
CT	23/09/98	Manhã	Auditório CT
CCEN	25/09/98	Manhã	Auditório Biologia
CCS	29/09/98	Manhã	Auditório do CCS
CCJ	30/09/98	Manhã	Sala de Reuniões

ADUF Informa

Edição número 65, Setembro/98
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufbjp.com.br>
E-mail:
adufbjp@openline.com.br

Diretoria

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Política Educacional e Científica:

Luiz de Sousa Júnior
Diretor de Política Social:
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Menezes
Suplente de Secretaria:
Laércio Losano

Criart

Assessoria de Comunicação e Marketing
Rua Maximiliano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto gráfico e editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631

Boletim da ADUFPB-JP/SSind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Filiada à CUT
João Pessoa /PB - UFPB/Campus I - Outubro de 1998 - nº 66



Foto: Marcus Antonius

Exposição de cartazes no hall da Reitoria: história iconográfica da ADUF

ADUF comemora 20 anos de luta pelo ensino público

A ADUFPB-JP, fundada no dia 25 de outubro de 1978, completa 20 anos no próximo domingo. A entidade programou diversas atividades para marcar a passagem do seu aniversário e as comemorações, que tiveram início no dia 08 de outubro, se encerrarão com um baile, nesta quinta-feira, 22 de outubro, no BNB Clube, no Cabo Branco. Veja detalhes dos eventos comemorativos nesta edição.



O economista e principal líder estudantil em 68, Vladimir Palmeira, faz palestra e lança livro nas comemorações dos 20 anos da ADUF

Foto: Rosemary Gondim

PÁGINAS **4 e 5**
ADUF analisa reforma do Estatuto da Universidade

PÁGINAS **6 e 7**
DENÚNCIA: adulteração no relatório da GED

Livro conta 20 anos de história da Entidade
Projeto Sede de Leitura lança mais 5 obras dia 30

PÁGINA **3**
PÁGINA **8**

E • D • I • T • O • R • I • A • L

Eleições 98, "The Day After"

E assim se foram as eleições: calma e silenciosa como se nada houvesse acontecido. Contando com aliados experientes, exímios conhecedores na arte de abafar os gritos de desespero, outrora provenientes dos porões das torturas, bem como de dissimular a revolta da turba, que em certo momento, clamara por liberdade, o presidente candidato, FHC e seus assessores mais próximos, ACM, Marcos Maciel, Roberto Marinho, João Saad e Sílvio Santos, souberam conduzir com perfeição o processo sucessório. Desta forma, fica assegurada a continuidade dos ajustes à política neoliberal e mais do que isto, nos primeiros dias do ano vindouro far-se-á de maneira acelerada, graças ao poder de confirmação outorgado pelas urnas.

Nem mesmo o alarido da queda das bolsas de valores conseguiu se fazer ouvir. Decerto, que o silenciador usado, de ótima qualidade, abafou completamente o estampido, mantendo imperturbável o sono dos incautos, que nem de longe imaginam ainda, o mal maior que paira sobre suas cabeças e de seus familiares.

Na câmara e no senado a composição resultante representa apenas um avanço tímido das forças que se contrapõem às políticas nefastas, ora implementadas. Os deputados de oposição, incluindo-se aí os que apoiaram Ciro Gomes, passaram de 121 a 136 contra os 337 situacionistas recém eleitos. Quanto àqueles poucos situacionistas, que esporadicamente, contestam alguns projetos governamentais, certamente que deles nenhuma ameaça advirá com êxito uma vez que para estes faz-se apenas necessário algumas acomodações na técnica de comercialização de votos. No senado, os avanços são ainda menos compensadores. As oposições conseguiram numericamente, apenas o acréscimo de um senador em relação ao quadro atual, que é significativamente minoritário. Este acréscimo torna-se desprezível, ou mesmo aritmeticamente reduzido à nulidade, se incluirmos nos cálculos a perda do Senador da Bahia, Josafá Marinho, que apesar de ser do PFL, vem se contrapondo sistematicamente às propostas neoliberais.

O arrocho prenunciado ao povo brasileiro, certamente conterà um capítulo especial, que pode mesmo vir em separado, destinado ao Ensino Público Superior nas Instituições Federais. Mal apurado os votos e o MEC, através dos assessores mais próximos do Ministro da Paulo Renato já sinaliza com alterações na dedicação exclusiva do nosso plano de carreira, adoção de gratificações nos moldes do PID, incluindo-se aí a exclusão dos aposentados, pagamento de mensalidades nas universidades, disponibilidade de cargos junto a SRH e até mesmo demissões.

Como a única forma de frear o ímpeto de alguém, que recentemente foi credenciado pelo povo, é o próprio descrédito popular, faz-se necessário, mais que nunca, a participação de todos os professores, bem como de todos os segmentos representativos da sociedade, para que juntos, possamos pressionar os parlamentares a votarem contra o projeto de 'Mal Estar Social' do governo recém eleito.

A Diretoria

A • N • I • V • E • R • S • Á • R • I • O

Foto: Arquivo ADUF



Rufino fala sobre os 150 anos do Manifesto Comunista

Principal líder de 68 participa das comemorações dos 20 anos da ADUF

O economista Vladimir Palmeira, principal líder estudantil da década de 60, fundador do PT e deputado federal de 1989 a 1994, esteve em João Pessoa na semana passada para participar das comemorações dos 20 anos da ADUFPB-JP. Vladimir proferiu a palestra, "Os 30 Anos dos Movimentos Estudantis, Sociais e Culturais (1968)" e lançou o livro, "Abaixo a Ditadura. O Movimento de 68 Contado Por Seus Líderes Vladimir Palmeira e José Dirceu. Os eventos aconteceram no Auditório da Reitoria na noite do último dia 13 de outubro.

As comemorações dos 20 anos da ADUF tiveram início no dia 08 de outubro, com a abertura oficial feita pelo Presidente da Entidade, Tadeu Antônio de Azevedo Melo. Em seguida houve uma palestra sobre os 150 anos do Manifesto Comunista, proferida pelo professor Dr. Antonio Rufino Vieira (Dep. de Filosofia da UFPB) e também a abertura da exposição "ADUF EMCARTAZ" que reúne objetos, cartazes e fotografias que marcam as atividades da ADUF em seus vinte anos de existência. A exposição pode ser vista no Auditório da Reitoria.

O "Dia das Crianças na ADUF", outra atividade comemorativa do aniversário da Entidade, premiou os filhos dos sócios com uma grande festa no domingo, 11 de outubro, na Sede Social. As comemorações se encerram na próxima quinta-feira, 22 de outubro, no BNB Clube em Cabo Branco. Para este dia estão programadas as seguintes atividades: lançamento do vídeo "20 Anos da ADUF"; lançamento do livro Memória - ADUF 1978 - 1998; fala dos presidentes; brinde aos 20 Anos e Festa Dançante com a Banda Mistura Fina.

Parênteses

Morrer

Pois morrer é apenas isto:
Cerrar os olhos vazios
E esquecer o que foi visto;

é não supor-se infinito,
mas antes fáustico e ambíguo,
jogral entre a história e o mito.



Ivan Junqueira
Poeta carioca



MEMÓRIA: 20 anos de história em defesa da Universidade

A ADUFPB-JP completa 20 anos no próximo dia 25 de outubro. Entre as várias atividades programadas para as comemorações do vigésimo aniversário da entidade, está o lançamento do livro "Memórias - ADUF 1978/1998". O livro, idealizado pela Diretoria da ADUF, reúne textos de 15 professores que dirigiram a entidade e contam a sua história desde a fundação até os dias atuais. Os textos, em sua maioria, foram elaborados pelos professores com base em um questionário proposto pela Diretoria de Política Social. Dois deles, dos professores Pedro Cecato (in memorian) e Sílvio Frank Allen (in memorian), foram escritos nas comemorações dos 10 e 15 anos de fundação da ADUF, respectivamente.

Em seus vinte anos, a ADUF já foi dirigida por 1 comissão provisória (fundadora), 20 diretorias executivas (incluindo a atual) e 3 comissões gestoras que assumiram a entidade em momentos de vacância.

O livro será lançado dentro da programação do último dia das comemorações do vigésimo aniversário da ADUF, na próxima quinta-feira, 22 de outubro, a partir das 21h00, no BNB Clube em Cabo Branco.

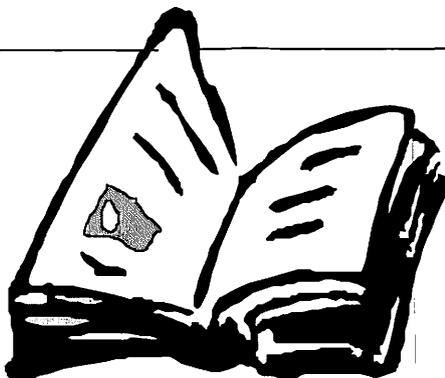
Trechos do livro "Memória"

Buscando maior integração sindical

Dessas lembranças, o ponto inicial a ressaltar é o fato de que a nossa Diretoria foi a primeira a funcionar na integralidade de seu mandato – e na própria organização formal de sua estrutura – como direção política de uma Seção Sindical da ANDES-SN e não mais de uma Associação de Docentes (AD). Esse dado, inserido na perspectiva da transformação da ANDES em Sindicato Nacional e da filiação à CUT (da ANDES-SN e da ADUFPB-JP/SSind, anterior à da ANDES-SN, ocorrida ainda como AD, entidade pré-sindical), revela a nossa vontade, nem sempre competentemente concretizada, de maior articulação e integração com o conjunto dos demais trabalhadores, empregados e sem emprego. Pelos desafios que ainda encerra, principalmente na conjuntura em que vivemos, na qual um dos elementos mais marcantes é a ampliação do desemprego estrutural, ela é, certamente, uma questão em pauta.

Nessa mesma direção, recordando as angústias da nossa Diretora de Política Social, Elizabeth Maia Nóbrega, a doce Betinha (que, em certos momentos, chegou a expressá-las sob a roupagem do desencanto), acredito que a atuação conjunta com os demais movimentos sociais e populares continua sem ter a efetividade necessária. Com certeza o momento histórico atual, onde prevalecem a exclusão, a apatidão, o estímulo a um individualismo barbarizante, dotam essa questão de uma premência inofismável.

Ainda nessa vertente, buscando aprofundá-la pela sua importância, cabe recuperar a feliz ocorrência de contarmos com Vera Amaral, simultaneamente Vice-presidente(a?) da ADUFPB-JP/SSind e Secretária Geral da CUT/PB –



com fôlego admiravelmente suficiente para desempenhar com êxito as duas atribuições- e reintroduzir uma discussão já então por ela instigada e que, ao meu ver, persiste na sua atualidade: como integrar-nos ao movimento social mais amplo com sua perspectiva globalizante sem que isso signifique a perda de nossa especificidade de trabalhador intelectual docente?

Digo perda pelo fato de que, efetivamente, assim o considero se, em nossa inserção, não contribuirmos para esse movimento mais abrangente com o instrumental oriundo de nossa atuação profissional. Do mesmo modo, assim também o seria se, ao participarmos das lutas mais gerais, tivéssemos a pretensão de dimensioná-las tendo como foco principal nossos interesses particulares de categoria, ou, pior ainda, se nos recusássemos a integrá-las pretextando a dissonância entre suas postulações e as nossas. A justa medida dessa dialética tensão geral/específico será dada em nossa práxis, no âmbito de uma significativa luta de nitido matiz anticapitalista, nas suas variadas componentes. No caso presente, o arrivismo das "soluções fáceis" é um equívoco imperdoável, principalmente se cometido pelas lideranças. (...)

Trecho do texto do professor Alexandre Nader que será publicado em Memórias - ADUF 1978-1998

Labirintos de uma época

Quando um grupo de professores, a maioria advindos da luta estudantil de 1968, começaram as reuniões nos Departamentos da UFPB com a idéia de uma associação docente na cabeça talvez sequer atinassem, vinte anos depois, comemorar o feito duradouro. Vinte anos, o intervalo de uma geração: período durante o qual os filhos crescem, os cabelos embranquecem. Não podemos deixar de lembrar na comemoração dos vinte anos da ADUFPB-JP, o ato, àquela época corajoso, do grupo de professores que fundaram a ADUFPB-JP. A figura mais emblemática dessa geração, pelo que penso, foi Professor Sílvio Frank Allen, de quem fui aluno no curso de História da UFPB, e impregnou, com seu despreendimento para a ação e espírito aglutinador, os anos heróicos da ADUFPB-JP. Em torno da lembrança da figura de Sílvio devemos prestar a homenagem aos colegas que estão conosco no cotidiano do labor político-sindical da querida ADUFPB-JP.

Avanço à título de hipótese, a questão de que ao fundar a ADUF e movimentar os primeiros desafios e as assembleias massivas, a geração fundacional estava completando o trabalho interrompido em 68 com o AI-5 e a brutalidade da ditadura. À grave derrota que se seguiu, com a desarticulação da esquerda armada e o absoluto fechamento de horizontes para a ação política aberta, essa geração advinda de 68 soube enfrentar capilarizando-se quietamente numa sociedade civil em brutal processo de transformações materiais, que, ao final dos anos setenta, havia plasmado no envelope da "modernização conservadora uma sociedade nova e sequiosa por transformar e participar.

Porém, não devemos fantasiar essa época. Muitos dos impasses e contradições recentes da sociedade brasileira foram gestados no ventre multifacético desse período. A própria derrota da luta armada - o ciclo fechado em 1974 com a dissuasão da guerrilha do Araguaia - abriu espaço para a hegemonia liberal que se seguiu e resultou na transição transada conhecida como "nova república." A cisma recente produzida pelo governo FHC, quando conhecidos ícones brasileiros da esquerda universitária (FHC, Wellfort, Serra etc.), contemporâneos de viagem dos anos fundacionais da ADUFPB-JP, migraram rumo a uma perspectiva político-ideológica absolutamente conservadora, também gesta seus primeiros indícios nas análises políticas dessa época.

Na base de tudo estava um diagnóstico do Estado brasileiro. No final dos anos 70 não estávamos sendo contemporâneos apenas do esgotamento da ditadura, mas, até antes da queda do "muro de Berlim", da débaclé do Estado desenvolvimentista. Os difíceis labirintos postos por essa época, não conseguimos responder - eu estou entre esses, àquela época ativo militante estudantil. (...)

Trecho do texto do professor Jaldes Reis de Menezes que será publicado em Memórias - ADUF 1978-1998

UFPB terá novo estatuto

Projeto não foi discutido pela comunidade universitária

Encontra-se em tramitação no CONSUNI um projeto de reforma dos Estatutos da UFPB, já tendo sido, inclusive, aprovado pelo CONSEPE.

Cabe destacar, em primeiro lugar, que o mencionado documento não foi objeto de nenhuma discussão no âmbito da comunidade universitária.

Os departamentos não foram informados ou consultados, as entidades representativas, talvez à exceção do DCE, que tem representação institucional nos órgãos superiores da Universidade, ao que se sabe, também não foram consultadas sobre tão importante assunto. A ADUFPB-JP só teve acesso ao teor do documento há cerca 1 mês atrás. A falta de debate sobre um assunto dessa magnitude revelou uma postura antidemocrática da Reitoria, que só agora resolve trazer este debate para a comunidade universitária. E isto só ocorreu porque a ADUFPB-JP protestou contra o encaminhamento da questão

dado até então pela Reitoria. A justificativa dada para a pressa em aprovar tal projeto não encontra sustentação. De fato, uma Resolução da Câmara Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) deu um prazo de 1 ano, a contar do dia 21 de agosto de 1997, para as Universidades adaptarem seus estatutos à LDB. Mesmo concordando que esse é um prazo muito curto (que, diga-se de passagem, não foi cumprido), seria de competência da Reitoria, na pior das hipóteses, dar ciência à toda comunidade universitária de sua proposta de alteração do nosso estatuto. A greve recém concluída poderia, inclusive, ser um espaço de reflexão desse projeto. Agora, temos de correr ainda mais contra o tempo. O presente documento, agora apresentado à comunidade acadêmica, objetiva contribuir para a reflexão preliminar, não tendo, portanto, caráter conclusivo.

PONTOS PARA ANÁLISE DA PROPOSTA EM TRAMITAÇÃO NO CONSUNI

Sobre o Título I - Da Universidade

Chama atenção, logo no art. 2º da proposta em debate, que trata da questão da autonomia, o acréscimo da expressão "na forma da Lei". Como se sabe, o artigo 207 da Constituição Federal, ainda em vigor, não contém esta expressão, que aparece na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370-A, em tramitação no Congresso Nacional. É importante lembrar que o movimento docente se opõe à modificação do art. 207. A manutenção da expressão nos estatutos da UFPB, além de um flagrante desrespeito à CF, expressa uma adesão à reforma que o governo federal pretende para a universidade brasileira.

No artigo 5º, que define os princípios em que se organiza a universidade, a "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" - a pedra angular da razão de ser de uma universidade - aparece em quarto lugar, depois, inclusive, do princípio da "racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos". A nosso ver, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve estar contido, se possível, no caput do artigo ou em primeiro lugar, em caso de permanecer nas alíneas.

No parágrafo único do artigo 16 da proposta, onde se define os Centros do Campus I, prevê-se que, no caso do CCS,



este compreenderá os cursos de graduação e pós-graduação, além do curso de enfermagem, de nível médio. Entretanto, o projeto é omissivo quando se trata da creche-escola, integrada ao Centro de Educação - CE. Ora, a creche, segundo a Lei 9.394/96 - a LDB -, no inciso I do seu artigo 30, é definida como uma modalidade de ensino. Estranhamente, a proposta de Estatuto não faz referência à esta questão. É o caso de rever esta ausência injustificável.

Sobre o Título II - Da Assembléia Universitária

Nenhum comentário

Sobre o Título III - Da Administração Superior

É proposto, no artigo 26, alínea "d", o Conselho Social Consultivo, que tem suas atribuições definidas na capítulo IV do mesmo título (artigos 41 e 42). A intenção que parece transparecer no texto é o de criar uma instância de articulação com a sociedade paraibana. O objetivo é louvável. Entretanto, destaque-se, como atribuição deste Conselho, "propor critérios que caracterizem a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB, no que tange à dimensão social das mesmas". Salvo melhor interpretação, temos aqui uma instância que definirá critérios de avaliação das atividades da UFPB. Cremos ser necessário, antes de criar instâncias com essas atribuições, definir nossa compreensão de avaliação externa e interna. Depois, é preciso rediscutir, inclusive, a própria composição deste conselho.

No capítulo V, que trata "da reitoria", destaque-se o seguinte:

A proposta segue, no geral, as diretrizes da Lei 9.192/95, "que altera dispositivos (...) que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários". Assim sendo, normatiza, em nossa Instituição, a indicação de listas tríplices para os cargos de Reitor e Vice-Reitor. Deve-

se destacar que o Movimento Docente luta para que o processo de escolha dos dirigentes universitários se esgote no interior da própria universidade. E foi a partir da luta contra a legalismo que chegamos a democratizar a eleição para Reitor da UFPB. Portanto, somos contrários à regulamentação da eleição para os dirigentes da UFPB nos termos em que se encontra. Destaque-se que, na proposta de alteração dos Estatutos, não se prever, sequer, consulta à comunidade universitária. Constitui, portanto, um retrocesso até em relação à citada lei federal. Deve-se lutar para que a consulta seja feita de forma democrática.

A proposta em pauta prevê "uma única recondução ao mesmo cargo". Novamente, temos uma adequação à Lei 9.192/95 (parágrafo único do artigo 1o). Todavia, tanto a Lei quanto à proposta de estatuto é omissa em relação à desincompatibilização do(s) cargo(s). Pode-se propor, portanto, uma emenda exigindo esta desincompatibilização, pelo menos, três meses antes da consulta. Tal proposta visa combater o uso da máquina em favor do candidato-reitor (qualquer que seja ele). Como justificativa, basta olharmos para as recentes eleições gerais em nosso país.

Sobre o Título IV - Da Administração Setorial

No capítulo IV, da diretoria (de centros), a proposta incorre, a nosso ver, no mesmo erro apontado no item anterior: segundo o documento, o Diretor e o Vice-Diretor serão nomeados pelo Reitor, a partir de listas triplíces organizadas pelo Conselho de Centro. Lutamos para que as listas triplíces sejam excluídas. Neste item, novamente a incipiente democracia universitária é apunhalada. Não se assegura, sequer, a consulta à comunidade universitária. Deve-se incluir um dispositivo assegurando o processo eleitoral.

Sobre o Título IV - Do Regime Didático-Científico

O artigo 72 estabelece as modalidades de cursos e programas que a Universidade oferecerá. Sem entrar no mérito de determinados programas, a exemplo dos questionados cursos seqüenciais por campo de saber, chama a atenção a formulação do parágrafo único do artigo 72, que diz: "São mantidas as modalidades de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino de jovens e adultos e educação profissional". O texto não explicita onde e como são mantidas estas modalidades. No caso da creche-escola do CE, esta não aparece em lugar algum. Cremos ser necessário explicitar melhor este artigo.

Sobre o Título VI - Da Comunidade Universitária

O artigo 89 diz que "o pessoal docente da Universidade será constituído

pelos integrantes das carreiras de Magistério Superior e de Magistério de ensino fundamental e ensino médio, pelos professores Visitantes e pelos Professores Substitutos". Novamente, os docentes da modalidade educação infantil, previsto na LDB, estão excluídos da carreira da Universidade.

Em se tratando do pessoal discente, a proposta continua apegada à tradição autoritária. Isto se evidencia no artigo 92. A pretexto de prever a representação do corpo discente, o documento mantém praticamente intacto o entulho autoritário do Regime Militar, ao definir que "o Regimento Geral da Universidade disciplinará a forma de organização e funcionamento dos Diretórios ou Centros Acadêmicos". Ora, quem deve decidir como se organizam suas entidades representativas, neste caso, são os próprios estudantes, em seus próprios fóruns de decisão. Do mesmo modo, deve-se contestar o § 3o do mesmo artigo, que diz: "O Diretório ou Centro Acadêmico cuja ação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído, será passível das sanções previstas na legislação específica". Em relação ao Estatuto em vigor, a única alteração é a inclusão da expressão "Centro Acadêmico". Mais uma vez, deve-se levantar a bandeira de livre associação estudantil: as entidades estudantis (e mesmo a de professores e técnicos-administrativos) não devem estar vinculadas à estrutura da Universidade. No máximo, o Estatuto deve prever a sua existência e liberdade de organização e funcionamento.

Sobre o Título VII - Do Patrimônio, dos Recursos e Do Regime Financeiro

O artigo 100 incorpora como recurso financeiro, que poderá ser obtido pela Universidade, os provenientes de contratos. Todavia, não está claro o porquê dessa inclusão. De que contratos se fala? Há um debate em curso acerca do Hospital Universitário e sua relação com Planos de Saúde do setor privado. Será que, da maneira como está proposto nos Estatutos, tais "contratos" não serão mais facilmente contraídos?

Sobre o Título VII - Das Disposições Gerais

Pode-se incluir, no artigo 112, a creche-escola do CE, em João Pessoa, e democratizar a eleição dos dirigentes dos órgãos mencionados.

Uma Última Questão

Seria importante incluir nos Estatutos da UFPB, um capítulo ou Seção acerca da OUVIDORIA UNIVERSITÁRIA, como um órgão independente, capaz de exercer com imparcialidade as funções a ela reservadas.

João Pessoa, 16 de outubro de 1998
A Diretoria

Informes

BAR ABERTO

O bar da Sede Social da ADUFPB-JP, na pérgola da piscina, reabriu com nova administração e está a disposição dos sócios nos fins de semana com bebidas e tira-gostos com preços especiais.

A Sede Social também oferece outras opções de lazer como jogos, natação e outras atividades desportivas. participe!

Maiores informações pelo fone: 247-2528, ou na própria sede: Rua Gilvan Muribeca, 88 (ao lado do Jangada Clube), Cabo Branco.

REVISTA 98

Os sócios que quiserem participar da Revista da ADUF 98, devem enviar o texto para a ADUF até o próximo dia 16 de novembro. Os textos devem ser entregues impressos e em disquete.

ENCONTRO DE 1º E 2º GRAUS

A ADUFPB-JP convida os professores de 1 e 2 graus para participarem de uma reunião que acontecerá no próximo dia 26 de outubro, Segunda-feira, às 15h00, na sede da ADUFPB-JP. Em pauta estará o "Encontro Sobre Ensino de 1º e 2º Graus" que acontecerá de 30 de outubro a 01 de novembro na UFRJ.

Programa do Encontro

■ Dia 30, 17:00: Abertura e Baile.

■ Dia 31, 9h00: Painéis "Carreira e Organização Sindical dos Docentes de 1º e 2º Graus" e "O Ensino de 1º e 2º Graus nas IES e o PNE da Sociedade Brasileira".

■ Dia 01/11, 9h00: Grupos de Trabalho: 1) *Relação entre Teoria e Prática na Formação do Professor* e 2) *Currículo, Avaliação e financiamento da Educação Profissional*; Plenária Final (14h00) e Solenidade de Encerramento (17h00).

Professor, sua participação é importante!

Comissão de Avaliação do MEC apresenta relatório final

O relatório final da Comissão Nacional de Avaliação do MEC, estabelece critérios e determina que cada universidade constitua a sua comissão local de avaliação docente que terá a responsabilidade de pontuar cada professor com base nas **horas-aula dadas** e **avaliação qualitativa**.

Desde a implantação da GED, os professores vem recebendo apenas 60% da gratificação o que equivale a 84 dos 140 pontos possíveis. Depois da avaliação das comissões locais, cada docente poderá ter, desde que o somatório dos 2 itens não ultrapasse o limite máximo, até 120 pontos por horas-aula dadas e até 60 pontos pela avaliação qualitativa. Para ser avaliado qualitativamente, o professor tem que ter, no mínimo, 8 horas-aula trabalhadas. No caso dos docentes com dedicação exclusiva à pesquisa, a avaliação terá como base uma sistemática que será adotada pela Capes. As comissões locais de avaliação terão como base para o seu trabalho um relatório que deverá ser entregue pelo professor sobre as suas atividades durante o ano de 1998. A forma do relatório será proposta pela comissão de avaliação das IFES e a sua apresentação, pelo professor, é condição indispensável para a inclusão do interessado no processo.

De acordo com o relatório final da Comissão Nacional de Avaliação a comissão de avaliação local, em cada universidade ou instituição, deverá ter de 5 a 10 membros e, obrigatoriamente, terá que ter entre os seus membros dois quintos de professores externos à instituição; um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, e um representante da equipe responsável pela avaliação geral da instituição. No relatório final a Comissão do MEC não se posicionou em relação ao fato de que o Governo, ao regulamentar a Lei da GED, criou mecanismos que limitam o número de pontos por instituição. Na prática, não há como - no caso de uma instituição na qual os seus docentes, em sua totalidade ou maioria, conquistou o número máximo de pontos - pagar integralmente a todos os professores conforme os critérios anunciados.



Veja o que diz o relatório:

Diretrizes gerais de avaliação

Estas diretrizes, além das orientações gerais pretendem oferecer um referencial para a avaliação referente ao ano de 1998

3.1. Comissão de Avaliação das Instituições de Ensino Superior

Será constituída em cada IFES uma comissão de avaliação de desempenho docente encarregada de organizar e implementar o processo de avaliação de desempenho docente. As formas e procedimentos e mecanismos definidos pela comissão de avaliação das IFES deverão ser submetidos a apreciação da Comissão Nacional permanente proposta do item 2.

As comissões de avaliação das IFES serão compostas de 5 (cinco) a 10 (dez) docentes, doutores e deverão obedecer os seguintes critérios:

- Dois quintos de professores externos à instituição;
- Um representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- Um representante da equipe responsável pela avaliação institucional geral da IFES;

3.2 Normas Gerais

A avaliação do desempenho docente, 1998, será realizada a partir de um relatório, cuja forma deve ser proposta pela comissão de avaliação das IFES, a ser preenchidos pelo docente. Este relatório deverá considerar o conjunto das atividades realizadas pelo docente no ano de 1998. A não apresentação deste relatório pelo docente implicará na sua exclusão do processo de avaliação.

3.2.1 O relatório de atividades deverá incluir informações sobre

os seguintes itens:

- atividade atuais de aperfeiçoamento ou formação pós-graduada stricto sensu

- atividade de ensino, considerando as disciplinas ministradas acompanhadas de ementários, bibliografia utilizada e atividades correlatas desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula, bem como aquelas relacionadas à orientação de teses e pesquisas na graduação e pós graduação, participação em bancas examinadoras e supervisão de estágios.

- produção científica ou de pesquisa, nos últimos dois anos, acompanhado de publicações e relatórios, descrevendo os meios de financiamento e as agências financiadoras, como também os relatórios de avaliação destas agências.

- atividades de representação acadêmica e representação em órgãos de formulação e execução de políticas de ensino e ciência e tecnologia;

- atividades de coordenação, chefia ou de direção na própria instituição;

- atividades relacionadas a projetos didáticos pedagógicos, como inovação curricular, desenvolvimento de tecnologia de apoio ao ensino;

- atividades de extensão universitária.

A comissão recomenda que na avaliação das atividades de ensino dos docentes seja considerada a manifestação dos alunos, de maneira organizada e sistemática.

3.2.2 A comissão deverá considerar no processo de avaliação dos relatórios os seguintes aspectos:

- para docentes em regime de tra-

Avaliação da GED

balho de 20 horas será considerada sua atividade de ensino, incluindo as ações que qualifiquem seu desempenho em sala de aula ou em atividades correlatas, especialmente referidas no item 3.2.1 Deverá neste caso ser especialmente considerada, pela comissão de avaliação da IFES, a contribuição do docente para a renovação e atualização dos processos de aprendizagem;

b) para docentes em regime de trabalho de 40 horas e Dedicção Exclusiva serão consideradas as atividades de ensino, nos moldes descritos na alínea "a", pesquisa e extensão, considerando as ações que qualifiquem seu desempenho em cada uma dessas atividades. Em relação a avaliação das atividades de pesquisa e de pós-graduação, a comissão das IFES deverá incorporar a sistemática utilizada pela CAPES. Nas atividades de extensão deverão ser consideradas aquelas de caráter institucional, articuladas com as atividades de ensino (graduação e pós-graduação) e de pesquisa, bem como os benefícios sócios-econômicos por ela proporcionados. Atividades notadamente caracterizadas como de prestação remunerada de serviços por decentes, não deverão ser consideradas. No caso de docentes em Dedicção Exclusiva será obrigatória a avaliação de suas atividades de pesquisa.

3.2.3 a pontuação dos docentes para fins de cálculo da gratificação de

estímulo a docência será realizada, nos moldes da lei, a partir da avaliação realizada pela comissão institucional a ser criada em cada IFES, que deverá remetê-la ao dirigente máximo da instituição para que seja enviada à Secretaria de Educação Superior do MEC.

4. Normas Específicas

4.1 Para efeito de integralização dos 10 (dez) pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos, poderão ser consideradas, além das atividades propriamente realizadas em sala de aula, somente aquelas registradas academicamente que conduzam a obtenção de crédito.

4.2 Os docentes afastados para o programas de pós-graduação, referidos no Art. 4 da Lei 9678, de 6 de julho de 1998, serão avaliados pelas Unidades a que estão vinculados com base em relatório de atividades e parecer emitido pelo coordenador.

4.3 Os professores, no regime de 40 horas semanais, devem necessariamente combinar sua carga horária didática com outras atividades acadêmicas no âmbito da docência, na pesquisa e/ou extensão.

4.4 Na avaliação do desempenho dos docentes ocupantes de cargo de direção ou função gratificada, a comissão da avaliação da IFES poderá estipular ponderações específicas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

UFPB ainda não iniciou composição da Comissão Local de Avaliação

A UFPB ainda não iniciou a constituição da comissão local de avaliação que vai ser responsável pela pontuação dos docentes da UFPB em função da GED. Segundo o Chefe de Gabinete do Reitor, professor Romero Antonio de Moura Leite e o Coordenador do Fórum Universitário, professor Lúcio Flávio, a constituição da comissão só iniciará após a publicação no Diário Oficial das determinações específicas.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, anunciou que havia orientado aos reitores para começarem, mesmo antes do final do trabalho da Comissão Nacio-

nal de Avaliação, a composição da comissão local com o objetivo de agilizar o processo que beneficiará os docentes.

Para o professor, a divulgação do relatório final da Comissão Nacional não implica, necessariamente, em aceitação, pelo MEC, das regras ali colocadas. Desta forma, completa Lúcio Flávio, "não se justifica qualquer iniciativa anterior à divulgação oficial das regras que serão adotadas".

O professor Lúcio Flávio acredita, inclusive, que devido aos problemas que o Governo Federal enfrenta atualmente, o processo pode ser obstaculado e as dificuldades, no tocante ao aumento da GED, intensificadas.

Comissão não avalia pagamento da GED aos aposentados

A Comissão Nacional de Avaliação, formada pelo MEC para definir os critérios gerais para pagamento total da GED se negou a apreciar o problema da concessão

da GED máxima aos aposentados. A Comissão, reunida ainda no mês de setembro, considerou que a questão excede seus limites de competência.

Rubens: relatório foi adulterado

O professor Rubens Pinto Lyra, integrante da Comissão Nacional de Avaliação como um dos representantes da ANDES-SN, denunciou que o documento final (editado na página 6 e ao lado), divulgado pelo MEC, foi ADULTERADO. Pinto Lyra informa, inclusive, que desde o momento que tomou conhecimento do documento anunciado como o "Relatório Final da Comissão Nacional de Avaliação", observou as alterações e informou o problema, via fax, à Diretoria da ANDES-SN. O professor diz estranhar que nenhuma medida tenha sido tomada imediatamente pela ANDES, com base na sua denúncia.

Segundo Lyra, a adulteração no texto do documento da Comissão Nacional se dá no item 3 Diretrizes Gerais de Avaliação. Ele afirma que o texto original é o que está contido na versão que foi divulgada como "preliminar" e que diz o seguinte: "3.2.1 - Cada docente deverá redigir um relatório de atividades que compreenda pelo menos os seguintes itens comentados: experiência na instituição e outras experiências profissionais, regimes de trabalho, titulação (local, tese, título), treinamento, disciplinas ministradas, produção científica ou de pesquisa (publicações e/ou relatórios), atividades de coordenação ou de chefia, atividades relacionadas a projetos didáticos, pedagógicos, atividades de extensão, atividades relacionadas a orientação de teses, de estágios e pesquisa na graduação e pós-graduação, participação em bancas examinadoras, relatório sobre atividades em sala de aula, participação em programas de revisão ou reestruturação curricular e outras atividades correlatas. Este relatório deve estar acompanhado de um plano de atividades do docente para o próximo ano.

3.2.2 - Será atribuída a pontuação máxima aos docentes cujo plano de trabalho e respectivos relatórios de atividades, aprovados pelo colegiado competente da Instituição, se adequar à presente resolução e legislação em vigor.

3.2.3 - Nos casos pertinentes, e quando couber, deverá ser solicitado pela instituição que os alunos opinem sobre o desempenho dos docentes quanto às atividades em sala de aula (domínio e compreensão do tema, material didático-pedagógico empregado, conhecimento demonstrado, atendimento às demandas dos alunos, enfoque da disciplina, procedimento de avaliação) em questionário específico de questões que deverá ser entregue ao próprio docente para que anexe ao seu relatório. Este procedimento deverá preservar a identidade dos alunos e não será divulgado a não ser no âmbito da comissão de avaliação."



Autores apresentam seus trabalhos no 2º "Sede de Leitura" - dia 26 de setembro



Projeto Sede de Leitura

Este mês, evento tem projeção de vídeos, exposição de desenhos e lançamento de 4 obras literárias

O **Sede de Leitura** do mês de outubro acontecerá, excepcionalmente, no dia 30 de outubro, última sexta-feira do mês. Desta vez serão lançados 4 trabalhos e haverá também a exibição dos Vídeos "Árvore da Miséria" e "À Margem da Luz", de Marcus Vilar e Torquato Joel e a exposição "Bicos de Pena" do artista plástico e professor da UFPB, Arthur Cantalice.

LANÇAMENTOS:

A professora Maria das Vitórias de Lima Rocha, do CCHLA, vai lançar o livro de poesia lírica, *Anos Bissextos*; o professor João Vianey Pereira, do CCS, lançará o primeiro livro brasileiro com abordagem teórica e prática sobre bioquímica clínica destinado à alunos e profissionais da saúde, *Bioquímica Clínica*; Arturo Gouveia de Araújo, professor do CCHLA, participará do **Sede de Leitura** com *Os Nove Décimos*, um livro de contos sobre as grandes contradições do mundo atual, principalmente a degeneração cultural, a falência das utopias e a falta de perspectivas; Alice Lumi Satomi, também professora do CCHLA da UFPB, lançará o trabalho concluído como sua dissertação de mestrado, *As Gotas de Chuva do Telhado* - Música de Ryúkyu em S. Paulo, um ensaio etnográfico sobre a comunidade Okinawana no Brasil com foco na cidade de São Paulo.

Fotos: Rosemary Gondim



Além do lançamento de livros, Projeto é ponto de encontro de professores e espaço para novos artistas paraibanos



ADUF INFORMA

Edição número 66, Outubro/98
é um veículo de divulgação da
ADUFPB-JP - Seção Sindical da
ANDES - Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior
Centro de Vivências - UFPB
Cx. Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa/PB
Fone: (083) 243-1212/243-1122
Fax: (083) 224-8375
Homepage:
<http://www.adufbjp.com.br>
E-mail:
adufbjp@openline.com.br

Diretoria

Presidente:
Tadeu Antonio de Azevedo Melo
Vice-presidente:
José Ernesto Pimentel Filho
Secretário-Geral:
Antonio Luiz de A. Gomes
Tesoureiro:
Antonio Joaquim R. Feitosa
Diretor de Política Sindical:
José de Araújo Madeiro
Diretor de Política Educacional e Científica:

Luiz de Sousa Júnior
Diretor de Política Social:
Nilsamira da Silva Oliveira
Diretor Cultural:
Marcelo Bulhões Martins
Diretor de Imprensa e Divulgação:
Edônio Alves do Nascimento
Suplente de Tesouraria:
Antônio Sérgio de Meneses
Suplente de Secretaria:
Laércio Losano

Criart

Associação de Comunicação e Marketing

Rua Maximiano de Figueiredo, 36
Sala 204 - Centro - João Pessoa/PB
Fone: (083) 221-2117/9332-1573

Jornalista Responsável:
Gilson Renato - DRT/PB 821
Projeto gráfico e editoração Eletrônica:
Ricardo Araújo - DRT/PB 631
(Meios - Com. Visual. 083/241-2695)

Autonomia Começa Aqui

Na conjuntura política e econômica atual, cheia de riscos para empregos, salários e direitos dos trabalhadores em educação, precisamos de um sindicato forte.

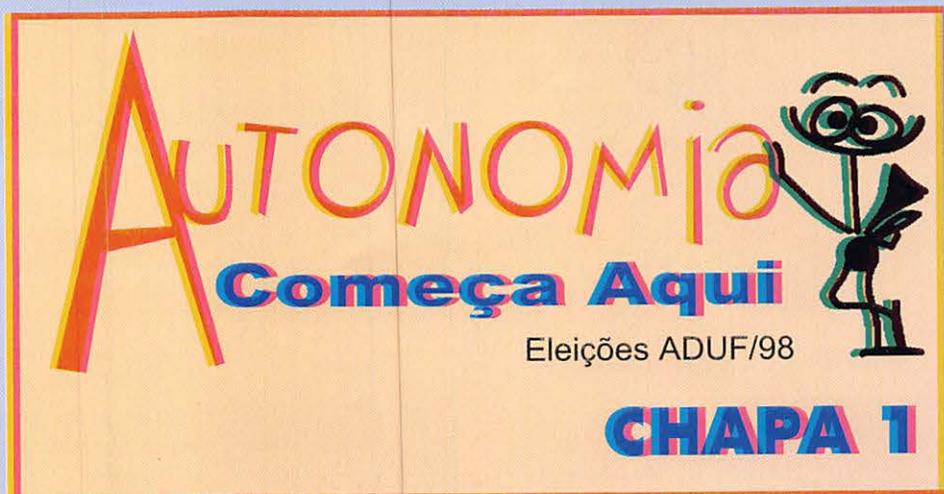
É papel da ADUFPB-JP/SSind, junto com os movimentos sociais organizados, denunciar e mobilizar-se contra as graves consequências dessas políticas para a Paraíba e para a

sociedade brasileira como um todo.

Essa ação somente será efetivada se reforçarmos uma característica fundamental da nossa entidade sindical: a sua autonomia. Autonomia em relação ao MEC, aos partidos políticos e a atual diretoria da ANDES-SN, que vem se negando a combater a política do Governo para a educação pública.

Com esse intuito, estamos apresentando para a categoria a Chapa **AUTONOMIA COMEÇA AQUI** para concorrer às eleições para diretoria da ADUFPB-JP-SSind, gestão 1998/99, com a seguinte plataforma mínima de ação:

- 1 lutar pela autonomia universitária**, recharçando as medidas, tanto do MEC, quanto UFPB, que possam descaracterizá-la;
- 2 combater a política de exclusão** patrocinada pelo MEC, garantindo 100% da GED para todos os professores, ativos, de 1º, 2º e 3º graus e lutar pela implantação de uma carreira única, construída pelo movimento docente;
- 3 combater os ataques** que vêm sendo feitos ao sistema nacional de ciência e tecnologia, garantindo verbas para as pesquisas nas Universidades Públicas;
- 4 envidar esforços** para que a ANDES-SN deflagre imediatamente uma campanha salarial consistente voltada para a recuperação das perdas acumuladas pelos docentes no governo FHC;
- 5 revitalizar** o debate político no movimento docente através de ações desencadeadas a partir da reativação dos Gts da entidade;
- 6 consolidar** a sede cultural e social, articulando sua programação, regular e eventual, à uma atuação autônoma que preserve as especificidades da ADUFPB/JP-SSind nessas áreas;
- 7 engajar-se efetivamente** na luta dos professores de 1º e 2º graus com vistas à sua plena integração acadêmico-administrativa na comunidade docente do Campus I;
- 8 implantar uma ouvidoria** para encaminhar as queixas e sugestões suscitadas no cotidiano dos docentes;
- 9 lutar**, com isenção, pela garantia de processos democráticos para a escolha dos dirigentes da UFPB;
- 10 combater a política econômica** do governo, posta em evidência no momento pela proposta de ajuste fiscal, defendendo o aumento de recursos para as políticas sociais, especialmente na área de educação;
- 11 apoiar a luta geral dos trabalhadores** pela garantia de emprego, terra e cidadania, essencial para assegurar melhores condições de vida para o conjunto da população brasileira, articulando os professores com os movimentos sociais;
- 12 recompor e manter o Fundo de Greve** a partir da receita da entidade, sem ônus adicionais para os associados.

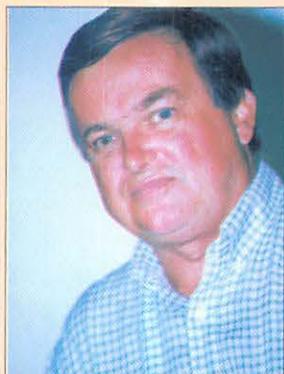


PERFIL DOS CANDIDATOS DA CHAPA 1

Saiba quem são os candidatos que vão disputar, pela Chapa 1 (AUTONOMIA COMEÇA AQUI), as eleições da ADUFPB-JP que acontecem no dia 16 de dezembro de 1998.

Presidente

Wojciech Andrej Kulesza (Tek) - Professor do Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação (CE); Pós-doutorado na Auburn University, EUA



Vice-presidente

Romberg Rodrigues Gondim - Professor do Departamento de Tecnologia Mecânica do CT; doutorado em engenharia térmica pela COPPE/UFRJ.



Secretária Geral



Maria Bernadete da Nóbrega - Professora do Centro de Educação-CE; em letras literatura brasileira pela UFPB.

Tesoureiro



Antonio Joaquim R. Feitosa - Professor do Depto. de Matemática; doutor em equações diferenciais parciais pela UFRJ.

Dir. de Pol. Educ. e Cient.



Alexandre Antonio Gili Náder - Professor do CCEN; mestre em física experimental.

Diretor de Política Sindical



Maria Elisabete Barbosa de Almeida - Professora do CCEN; doutorada em eletroquímica em Grenoble, França.

Diretor de Política Social



Simone Helena dos Santos Oliveira - Professora da Escola de Enfermagem do CCS; especializada em enfermagem em centro cirúrgico pela UFPB.

Diretor de Política Cultural



Nadilza Martins de Barros Moreira - Professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas do CCHLA; doutorada pela UNESP.

Diretor de Imprensa e Divulgação



Mariza de Oliveira Pinheiro - Professora da creche /CE; Formada em Comunicação Social pela UFPB.

Suplente de Secretaria



Elisa Bezerra Mineiros - Professora aposentada e com mestrado em serviço social pela PUC-RJ.

Suplente de Tesouraria



Augusto Antonio Pinheiro Neto - Professor do Departamento de Informática do CCEN; mestrado em informática pela UFPE.

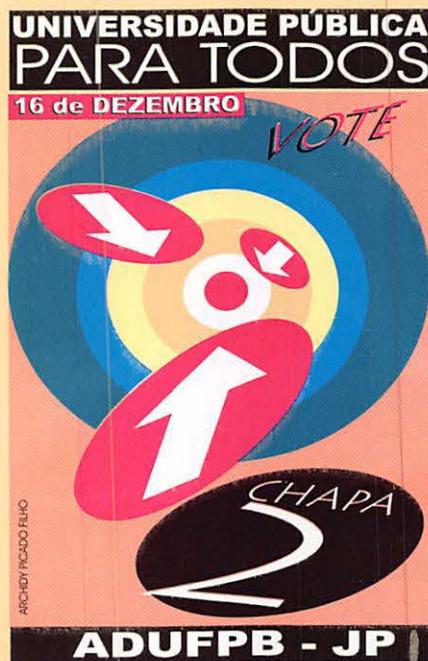
Universidade Pública Para Todos

PROPOSTAS DE TRABALHO

● **GED, Política salarial e Autonomia Universitária** - o movimento docente deve marcar posição no sentido de dar continuidade à crítica em torno da política de gratificações do MEC, a qual tem se mostrado danosa e inconseqüente. Uma verdadeira carreira universitária, digna e atualizada frente aos desafios do mundo contemporâneo, só pode ser viabilizada com a autonomia universitária construída a partir dos nossos anseios, e não uma distribuição de "gorjetas" como tem sido a GED.

● **Política Cultural** - neste campo, é importante uma política voltada para os docentes da UFPB, que possa efetivamente estabelecer fóruns de trabalho, reflexão e integração dos docentes a partir de suas áreas de atividade específicas, ou áreas de interesse mais geral. A exemplo do exitoso "Sede de Leitura", é possível ampliar iniciativas semelhantes, especialmente na área do teatro, cinema, artes plásticas e música.

● **Revista da ADUFPB-JP** - pretende-se resgatar este espaço importante e necessário para o debate de idéias que virão, com certeza, enriquecer a universidade e o movimento docente, mantendo o perfil de uma revista com linguagem clara, inteligente e multidisciplinar. Os temas a serem privilegiados serão Ciência, Política, Educação, Cultura e Universidade. Para tanto, faremos a devida indexação do periódico e objetivaremos torná-



la uma revista com conselho consultivo regional.

● **Assembléias Gerais** - as Assembléias Gerais devem se transformar em fóruns privilegiados da política universitária, evitando discussões impróprias e infrutíferas que maculam este ambiente propício à construção de uma universidade democrática.

● **Política Social e Sindical** - o enfrentamento do cenário de crise exige uma revisão da estratégia de luta do Movimento Docente em articulação com os movimentos sociais e sociedade civil organizada na luta por um estado de direito, resultando em melhores salários e condições de trabalho. Neste propósito, será contemplado um programa de estudos, de oficinas e seminários que resgate a competência e direito do cidadão, extensivo à

comunidade não-universitária.

● **O Debate sobre a UFPB** - resgatar o papel de fórum de discussão do Conselho de Representantes da ADUF, articulando melhor a relação entre ele e a Diretoria. Visa-se aprofundar o debate sobre a Autonomia e os rumos da UFPB nos próximos anos.

● **Criação da Coordenação dos Aposentados** - será tarefa específica da Vice-Presidência. Esta Coordenação deverá atuar como elo operacional e instância de mobilização dos aposentados. Além do seu papel político indispensável, objetiva oferecer cursos teórico-práticos de manutenção da saúde corporal e do bem-estar físico e mental, usando o potencial e as condições existentes na Universidade e na Associação Docente. Para a elaboração efetiva do plano de atividades, preparar-se-á um questionário contendo sugestões e solicitando que sejam indicadas tantas outras que os aposentados queiram apresentar.

● **Criação da Coordenação dos professores de 1 e 2 graus** - será tarefa da Diretoria de Política Social, com vistas a fortalecer as reivindicações destes professores, no que diz respeito à importância de suas atividades no contexto de nossa universidade. É consensual nas AD's de todo o Brasil a proposta de transposição dos docentes de 1 e 2 graus para a carreira de magistério superior, de forma voluntária e temporária, até a implementação da Carreira Única da ANDES-SN.

PERFIL DOS CANDIDATOS DA CHAPA 2

Saiba quem são os candidatos que vão disputar, pela Chapa 2 (UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA TODOS), as eleições da ADUFPB-JP que acontecem no dia 16 de dezembro de 1998.

Presidente

Simone Elizabeth Duarte Coutinho - Professora do Departamento de Enfermagem, Saúde Pública e Psiquiatria/CCS; especializada em medicina preventiva e social.



Vice-presidente

Francisco de Assis Fernandes de Carvalho - Professor aposentado; Doutor em Oceanografia Biológica pela Universidade de São Paulo (USP).



Secretário Geral



Agmar Dias Pinto Filho - Professor do Departamento de Artes (música) do CCHLA; bacharel em filosofia pela UFPB.

Tesoureiro



Antonio Sérgio C. de Menezes - Professor do Departamento de Tecnologia Mecânica - CT. Doutor em Engenharia Elétrica pela UNICAMP, São Paulo.

Dir. de Pol. Educ. e Cient.



Galdino Toscano de Brito Filho - Professor do Depto. de Habilitações Pedagógicas do CE; especialista em educação rural e administração da educação pela UFPB.

Diretor de Política Sindical



Paulo Cezar Cardoso - Professor do Departamento de Ciências Sociais- CCHLA; especialista em pesquisa social pela UFRN.

Diretor de Política Social



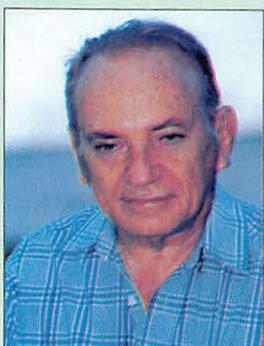
Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra - Professora de 1º e 2º graus da Creche/CE; licenciada em Educação Física pela UFPB.

Diretor de Política Cultural



Marcelo Bulhões F. Martins - Professor do Departamento de Educação Física/CCS; especializado em Educação Física Escolar pela UFPB.

Diretor de Imprensa e Divulgação



Plauto Mesquita de Andrade - Professor aposentado; especialista em administração pública pela Wayne State University, em Detroit, Michigan, EUA.

Suplente de Secretaria



Benonias Rodrigues Torres - Professor do Departamento de Fisioterapia do CCS; bacharel especialista em fisioterapia e administração universitária.

Suplente de Tesouraria



Lenilma Bento de Araujo Meneses - Professora do Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica e Administração do CCS; especializada em Enfermagem Pediátrica pela